Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA .....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

Processo Administrativo

Processo n.º: 003 **Ano:** 2025

Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios diversos, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Candeias - BA.

02

Autuação

Aos 13 dias do mês de janeiro de 2025, na sede da Câmara Municipal de Vereadores de Candeias, foi encaminhado à Comissão de Contratação o documento de formalização da demanda, oriundo da Diretoria Administrativa, contendo a descrição clara e suficiente da pretensão contratual, caracterização da possibilidade da contratação direta em razão do baixo valor, consoante autorização do Presidente, para deflagrar o procedimento sob a etiqueta de dispensa de licitação, arrimada em exercício hermenêutico extraído do artigo 75, inciso II, pelo que o autuo sob o n° 001/2025, Processo Administrativo nº 003/2025. Assim para constar eu, Rosivaldo Freitas, Presidente da Comissão de Contratação, faço o presente registro e autuação.

Candeias, Bahia, 13 de janeiro de 2025.

Rosivaldo Freitas
Presidente da Comissão de Contratação

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA

PORTARIA agente de contratação Nº **003/2025**, CMC_CONTAB
02 de janeiro de 2025.

"Dispõe sobre a nomeação e atribuições da Comissão e Agente de Contratação conforme da lei 14.133/21"

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que determina a Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a publicação da Lei Federal 14.133/2021, no dia 01 de abril de 2021, que trata sobre normas de Licitações e Contratos Administrativos;

CONSIDERANDO que o artigo 7º da Lei Federal 14.133/2021, dispõe que caberá a autoridade máxima do órgão promover a gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da referida lei;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 6º, inciso V, da Lei Federal 14.133/2021, agente público é o indivíduo que, em virtude de eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato, cargo, emprego ou função em pessoa jurídica integrante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que conforme artigo art. 8 a Lei Federal 14.133/2021, a licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

CONSIDERANDO que a natureza específica da norma contida na dicção do antedito art. 8º e, para além disso, a estrutura e envergadura da Câmara Municipal de Candeias, carente de quadro de servidores com expertise condizente, inclusive, com as diretrizes de governança

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA

CONSIDERANDO que, da interpretação sistemática da norma inserta no art. 7º, incisos I e II, conclui-se pela viabilidade da nomeação de servidor titular de cargo com provimento em comissão para exercer a função de Agente de Contratação, desde que inexista servidores efetivos com aptidão para tanto, aliada a qualificação técnica compatível e demonstração que o designado possui atribuições relacionadas a licitações e contratos.

CONSIDERANDO, por fim, o teor do parecer nº 00627-22 exarado no bojo do processo eTCM-BA nº 05320e22, de autoria da Assessoria Jurídica da Egrégia Corte de Contas dos Municípios do Estado da Bahia.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado como Agente de Contratação o Sr. **MARCELO SILVESTRE DOS SANTOS, MATRÍCULA Nº 3886**, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

Parágrafo único. Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.

Art. 2º - O agente de contratação ou pregoeiro serão auxiliados por equipe de apoio, que será composta pelos seguintes servidores:

I- ROSIVALDO FREITAS: - **MEMBRO**;

II- CREONICE SANTOS SILVA E SILVA: - **MEMBRO**.

Parágrafo único. O Agente de Contratação responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

Art. 3º - Fica instituída, no âmbito da Câmara Municipal de Candeias-Bahia, a Comissão de Contratação, que, substituindo o Agente de Contratação, atuará em licitação que envolva bens ou serviços especiais, bem como nos procedimentos auxiliares, que contará com a seguinte composição:

I. ROSIVALDO FREITAS: - **PRESIDENTE**;

II. CREONICE SANTOS SILVA E SILVA: - **MEMBRO**;

III. FREDERICO CUSTODIO DA SILVA: - **MEMBRO**.

Parágrafo único. Os membros da Comissão de Contratação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

Art. 4º Ao Agente de Contratação, ou, conforme o caso, à Comissão de Contratação, incumbe a condução da fase externa do processo licitatório, incluindo o recebimento e o julgamento das propostas, a negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado, o exame de documentos, cabendo-lhes ainda:

I - conduzir a sessão pública;

II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances, quando for o caso;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

VI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VIII - indicar o vencedor do certame;

IX - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

X - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

§ 1º A instrução dos processos de contratação direta, previstos no art. 72 e seguintes, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, caberá, preferencialmente, ao Agente de Contratação ou à Comissão de Contratação, nos casos em que objeto envolver bens e serviços especiais e/ou complexos.

§ 2º A instrução dos procedimentos auxiliares, previstos no art. 78 e seguintes, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, caberá, preferencialmente, à Comissão de Contratação ou ao Agente de Contratação, nos casos em que objeto envolver bens e serviços comuns.

Art. 5º - A Comissão de Contratação e o Agente de contratação será assistida em seus trabalhos, quando necessário, pelo órgão de assessoramento jurídico e pelo órgão de controle interno, para desempenho das funções essenciais à execução do disposto na legislação aplicável.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 7º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Presidência da Câmara Municipal de Candeias/Ba, 02 de JANEIRO de 2025

ROSANA DE SOUZA SILVA
Presidente da Câmara da Municipal

FUNDACEM

FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES

FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES - FUNDACEM

CERTIFICADO

Certificamos que **MARCELO SILVESTRE DOS SANTOS** *concluiu o Curso de* **LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, PELA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS Com "Formação em Agente de Contratação"**, *promovido pela* **Fundação César Montes - FUNDACEM** *no período de 19 de março a 01 de maio de 2022 com duração de 100 horas.*

Salvador - Bahia, 02 de maio de 2022.

José César Montes
Coordenador Geral do Curso
Presidente da FUNDACEM

Bernarda Bastos da Silva
Coordenadora Pedagógica
da FUNDACEM

07

HISTÓRICO ESCOLAR

DISCIPLINA	NOTA	PROFESSOR	TITULAÇÃO
PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	9,4	ANTONIO FRANÇA DA COSTA	MESTRE
PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO	9,4	RICARDO LUIZ SOUZA SANTOS	ESPECIALISTA
CONTRATAÇÃO DIRETA	9,4	ALESSANDRO PRAZERES MACEDO	MESTRE
CARGA HORÁRIA TOTAL	**100**	**O ALUNO OBTEVE FREQÜÊNCIA MÉDIA DE**	**100%**

COORDENADOR GERAL DO CURSO

09

CERTIFICADO

Certificamos que

MARCELO SILVESTRE DOS SANTOS

Concluiu o **CURSO FORMAÇÃO DE PREGOEIRO**, realizado pelo Instituto Municipal de Administração Pública - IMAP, CNPJ: 05.277.208/0001-76, nos dias 09, 10 e 11 de dezembro de 2020, 100% online, carga horária de 11 (onze) horas, com aproveitamento de 93,33 %, a fim de que possa gozar dos direitos e das prerrogativas legais.

Salvador/BA, 5 janeiro 2021

RAFAEL LOGRADO
Presidente do IMAP

IMAP

9d90-6ee4-4fda-be5a-25e34a3fe2af

PROGRAMAÇÃO

09DEZ - QUARTA

08H 50 Credenciamento

09H A FORMALIZAÇÃO DA FASE INTERNA DO PREGÃO
Palestrante: **HERALDO PASSOS JR**

11H APLICAÇÃO DA ESTRUTURA NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE AO PREGÃO
Palestrante: **HERALDO PASSOS JR**

14H 30 O PROCEDIMENTO DA FASE EXTERNA DO PREGÃO PRESENCIAL
Palestrante: **RAFAEL LOGRADO**

16H 30 GESTÃO DA TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL
Palestrante: **DIEGO MELO**

10DEZ - QUINTA

14H 30 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS DO PREGÃO ELETRÔNICO E DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA
Palestrante: **RAFAEL LOGRADO**

15H ETAPAS DO PLANEJAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO
Palestrante: **DELZA ASSIS**

15H 45 A FASE EXTERNA DO PREGÃO ELETRÔNICO: REGRAS E INOVAÇÕES
Palestrante: **RAFAEL LOGRADO**

11DEZ - SEXTA

08H A ADOÇÃO DE FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO
Palestrante: **JOELSON AZEVEDO**

09H 30 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
Palestrante: **AMANDA ARAGÃO**

10H 30 A RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL DOS AGENTES PÚBLICOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO LICITATÓRIO
Palestrante: **CRISTIANO LÁZARO**

11H ENCERRAMENTO

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA .....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

Ao Sr.
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação.
Assunto: Fornecimento de gêneros alimentícios diversos, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Candeias - BA.

Prezados,

Apraz em cumprimentá-lo, vimos, por conduto da presente missiva, informar que, em virtude da sua essencialidade para a Administração, é necessária a aquisição de gêneros alimentícios diversos, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Candeias - BA.

De antemão, cumpre-nos salientar que tal objeto se faz necessário pelas seguintes razões:

> A Câmara Municipal de Candeias – BA necessita adquirir gêneros alimentícios. Alguns gêneros alimentícios também são estendidos aos funcionários durante o exercício de suas funções no serviço público.
>
> A aquisição se faz necessária para atender as demandas mensais e ordinárias.
>
> Assim, considerando que a Administração pública tem por finalidade básica planejar e executar políticas na Gestão com especial atenção aos seus setores, visando o bem comum de interesse social, e por não possuir armazenamento de produtos e nem abastecimento próprio, vem primordialmente pela necessidade de escolha, buscar meios que viabilizem a aquisição de Gêneros Alimentícios para suprir as demandas das ações promovidas pela Entidade e atender as requisições de todos os setores que compõem sua organicidade estrutural administrativa, destinadas a dar continuidade a realização de ações que constituem área de sua competência legal.

Por essas razões, solicito, pelo presente, pesquisa de preços, bem como o relatório final de valor, a fim de instruir o processo no tocante ao preço referencial.

Cumpre-nos informar, por derradeiro, que segue em anexo Documento de Formalização de Demanda – DFD e Termo de Referência.

Sem mais para o momento, renovo votos de estima e consideração.

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA .....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

Candeias, Bahia, em 13 de janeiro de 2025.

Everaldo Silva Aragão Filho
Diretor Administrativo

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA .....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD Nº 0001/2025

ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS	
SETOR REQUISITANTE: DIRETORIA ADMINISTRATIVA	
RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: EVERALDO SILVA ARAGÃO FILHO	
E-MAIL: candeias492@gmail.com	**TELEFONE:** 71 – 3190-3992

OBJETO:

Fornecimento de gêneros alimentícios diversos, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Candeias - BA.

NATUREZA DO OBJETO:

( ) Serviço não continuado
( ) Serviço continuado SEM dedicação e nxclusiva de mão de obra
( ) Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra
(X) Material de consumo
( ) Material permanente / equipamento

DESCRIÇÃO DAS QUANTIDADES:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT
01	ACHOCOLATADO 1.000 ML C/ 12 UND.	CX	25
02	AÇÚCAR - OBTIDO DA CANA DE ACUCAR, TIPO CRISTAL, COM ASPECTO COR, CHEIRO PROPRIOS, SABOR DOCE, COM TEOR DE SACAROSE MINIMO DE 99,3%P/P E UMIDADE MAXIMA DE 0,3%P/P, SEM FERMENTAÇÃO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, MATERIAIS TERROSOS E DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO ATOXICO, CONTENDO 30X1KG	FD	10
03	ADOÇANTE DIETÉTICO, FRASCO COM 200 ML, ASPECTO LÍQUIDO LÍMPIDO TRANSPARENTE, INGREDIENTES SACARINA SÓDICA, COM BICO DOSADOR. C/12 UND	CX	20
04	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO - TIPO ROSQUINHA DE COCO, COMPOSICAO BASICA FARINHA	CX	20

	DE TRIGO, GORDURA VEGETAL, SAL, ACUCAR E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS.350GR CX 20X01		
05	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO - DO TIPO MAIZENA, COMPOSICAO BASICA FARINHA DE TRIGO,AMIDO DE MILHO, SAL REFINADO, ACUCAR, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, EMBALAGEM PRIMARIA DE PLASTICO RESITENTE, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS 350GR 24X01	CX	20
06	BISCOITO COM SAL - TIPO CREAM CRACKER, COMPOSICAO BASICA AROMATIZADO ARTIFICIALMENTE, FARIMHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, SAL, C/ GLUTEN, EXTRATO DE MALTE E FERMENTO BIOLOGICO 350GR CX 24X01	CX	25
07	CAFÉ MOIDO 20X250 GR	FD	40
08	MARGARINA - COM SAL, DE PRIMEIRA, ACONDICIONADA EM POTE PLASTICO, ATOXICO. CX C 12 UND 500G	CX	15
09	CHA - CAPIM CIDREIRA, CONSTITUIDO DE FRUTOS MADUROS INTEIROS DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS TOSTADOS E PARTIDOS, DE COR VERDE CINZA PARDACENTA, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACHE, EMBALADO EM CAIXA DE PAPEL CARTAO.CONTENDO 15 SACHES CADA CAIXA	CX	50
10	CHA - DE MACA COM CANELA, CONSTITUIDO DE CAPITULOS FLORAIS, FOLHAS NOVAS, BROTOS, CASCA, DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS DESSECADOS, LIGEIRAMENTE TOSTADOS E PARTIDOS, DE COR VERMELHA PARDACENTA, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACHE, EMBALADO EM CAIXA DE PAPEL CARTAO.CONTENDO 15 SACHES CADA CAIXA	CX	50
11	CHA - DE CAMOMILA, CONSTITUIDO DE CAPITULOS FLORAIS, FOLHAS NOVAS, BROTOS, CASCA, DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS DESSECADOS, LIGEIRAMENTE TOSTADOS E PARTIDOS, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITOS	CX	50

	E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACHE, EMBALADO EM CAIXA DE PAPEL CARTAO.CONTENDO 15 SACHES CADA CAIXA		
12	LEITE EM PÓ 50X200 GR	FD	50
13	LEITE LIQUIDO 12X1.000 ML	CX	20
14	POLPA DE FRUTAS 20X100 GR	PCT	40
15	REFRESCO EM PÓ 15X35 GR	CX	10
16	REFRIGERANTE 6X2 LITROS	PCT	30
17	REFRIGERANTE LATA 12X350 ML	CX	20
18	IORGURTE (DE 900 ML) SABOR MORANGO	UND.	50
19	IORGURTE (DE 900 ML) SABOR COCO	UND.	50
20	IORGURTE (DE 900 ML) SABOR AMEIXA	UND.	50
21	SUCO NECTAR - SABOR DE UVA, BENZOATO DE SODIO E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, 40% SUCO, AGUA,AÇUCAR, ACIDULANTE ÁCIDO CITRICO, AROMA NATURAL E ANTIOXIDANTE E ACIDO ASCORBICO, SEM GLÚTEM.GARRAFA 1LT.	UND.	50
22	SUCO NECTAR - SABOR DE LARANJA, BENZOATO DE SODIO E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, 40% SUCO, AGUA,AÇUCAR, ACIDULANTE ÁCIDO CITRICO, AROMA NATURAL E ANTIOXIDANTE E ACIDO ASCORBICO, SEM GLÚTEM.GARRAFA 1LT.	UND.	50

JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A Câmara Municipal de Candeias – BA necessita adquirir gêneros alimentícios. Alguns gêneros alimentícios também são estendidos aos funcionários durante o exercício de suas funções no serviço público.

A aquisição se faz necessária para atender as demandas mensais e ordinárias.

Assim, considerando que a Administração pública tem por finalidade básica planejar e executar políticas na Gestão com especial atenção aos seus setores, visando o bem comum de interesse social, e por não possuir armazenamento de produtos e nem abastecimento próprio, vem primordialmente pela necessidade de escolha, buscar meios que viabilizem a aquisição de Gêneros Alimentícios para suprir as demandas das ações promovidas pela Entidade e atender as

requisições de todos os setores que compõem sua organicidade estrutural administrativa, destinadas a dar continuidade a realização de ações que constituem área de sua competência legal.

DEMONSTRAÇÃO DE ALINHAMENTO DA DEMANDA COMS OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA ORGANIZAÇÃO.

ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	☒ SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SE APLICA

OBSERVAÇÕES GERAIS

FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO: Pagamento mensal, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal ou fatura pela unidade requisitante.

PREVISÃO DA DATA EM QUE DEVE SER INICIADA A EXECUÇÃO CONTRATUAL: 04 (quatro) meses – Iniciando em 27 de janeiro de 2025.

GRAU DE PRIORIDADE:

☒ ALTO ☐ MÉDIO ☐ BAIXO

MEMBROS RESPONSÁVEIS PELO PLANEJAMENTO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS:

Responsável pela Gestão do Contrato:	**Everaldo Silva Aragão Filho**
Responsável pela Fiscalização do Contrato:	**Fabiane de Jesus Sales**

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:

UNIDADE: 101 - CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEAIS
PROJETO / ATIVIDADES: 2002 - GESTÃO DAS AÇÕES LEGISLATIVAS
ELEMENTO DA DESPESA: 3390.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

UNIDADE E SERVIDOR RESPONSÁVEL PARA ESCLARECIMENTOS:

UNIDADE: Diretoria Administrativa

SERVIDOR: Everaldo Silva Aragão Filho

Candeias, Bahia, 13 de janeiro de 2025.

Everaldo Silva Aragão Filho
Diretor Administrativo

17

TERMO DE REFERÊNCIA

GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

1- OBJETO:

Fornecimento de gêneros alimentícios diversos, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Candeias - BA.

2 - DOS ITENS E QUANTIDADES A SEREM LICITADOS:

Entende-se necessária a contratação epigrafada com as seguintes quantidades:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT	V. UNIT	V. TOTAL
01	ACHOCOLATADO 1.000 ML C/ 12 UND.	CX	25	R$	R$
02	AÇÚCAR - OBTIDO DA CANA DE ACUCAR, TIPO CRISTAL, COM ASPECTO COR, CHEIRO PROPRIOS, SABOR DOCE, COM TEOR DE SACAROSE MINIMO DE 99,3%P/P E UMIDADE MAXIMA DE 0,3%P/P, SEM FERMENTAÇÃO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, MATERIAIS TERROSOS E DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO ATOXICO, CONTENDO 30X1KG	FD	10	R$	R$
03	ADOÇANTE DIETÉTICO, FRASCO COM 200 ML, ASPECTO LÍQUIDO LÍMPIDO TRANSPARENTE, INGREDIENTES SACARINA SÓDICA, COM BICO DOSADOR. C/12 UND	CX	20	R$	R$
04	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO - TIPO ROSQUINHA DE COCO, COMPOSICAO BASICA FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL,	CX	20	R$	R$

	SAL, ACUCAR E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS.350GR CX 20X01				
05	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO - DO TIPO MAIZENA, COMPOSICAO BASICA FARINHA DE TRIGO,AMIDO DE MILHO, SAL REFINADO, ACUCAR, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, EMBALAGEM PRIMARIA DE PLASTICO RESITENTE, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS 350GR 24X01	CX	20	R$	R$
06	BISCOITO COM SAL - TIPO CREAM CRACKER, COMPOSICAO BASICA AROMATIZADO ARTIFICIALMENTE, FARIMHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, SAL, C/ GLUTEN, EXTRATO DE MALTE E FERMENTO BIOLOGICO 350GR CX 24X01	CX	25	R$	R$
07	CAFÉ MOIDO 20X250 GR	FD	40	R$	R$
08	MARGARINA - COM SAL, DE PRIMEIRA, ACONDICIONADA EM POTE PLASTICO, ATOXICO. CX C 12 UND 500G	CX	15	R$	R$
09	CHA - CAPIM CIDREIRA, CONSTITUIDO DE FRUTOS MADUROS INTEIROS DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS TOSTADOS E PARTIDOS, DE COR VERDE CINZA PARDACENTA, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACHE, EMBALADO EM CAIXA DE PAPEL CARTAO.CONTENDO 15 SACHES CADA CAIXA	CX	50	R$	R$
10	CHA - DE MACA COM CANELA, CONSTITUIDO DE CAPITULOS FLORAIS, FOLHAS NOVAS, BROTOS,	CX	50	R$	R$

	CASCA, DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS DESSECADOS, LIGEIRAMENTE TOSTADOS E PARTIDOS, DE COR VERMELHA PARDACENTA, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACHE, EMBALADO EM CAIXA DE PAPEL CARTAO.CONTENDO 15 SACHES CADA CAIXA				
11	CHA - DE CAMOMILA, CONSTITUIDO DE CAPITULOS FLORAIS, FOLHAS NOVAS, BROTOS, CASCA, DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS DESSECADOS, LIGEIRAMENTE TOSTADOS E PARTIDOS, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACHE, EMBALADO EM CAIXA DE PAPEL CARTAO.CONTENDO 15 SACHES CADA CAIXA	CX	50	R$	R$
12	LEITE EM PÓ 50X200 GR	FD	50	R$	R$
13	LEITE LIQUIDO 12X1.000 ML	CX	20	R$	R$
14	POLPA DE FRUTAS 20X100 GR	PCT	40	R$	R$
15	REFRESCO EM PÓ 15X35 GR	CX	10	R$	R$
16	REFRIGERANTE 6X2 LITROS	PCT	30	R$	R$
17	REFRIGERANTE LATA 12X350 ML	CX	20	R$	R$
18	IORGURTE (DE 900 ML) SABOR MORANGO	UND.	50	R$	R$
19	IORGURTE (DE 900 ML) SABOR COCO	UND.	50	R$	R$
20	IORGURTE (DE 900 ML) SABOR AMEIXA	UND.	50	R$	R$
21	SUCO NECTAR - SABOR DE UVA, BENZOATO DE SODIO E OUTRAS SUBSTANCIAS	UND.	50	R$	R$

	PERMITIDAS, 40% SUCO, AGUA,AÇUCAR, ACIDULANTE ÁCIDO CITRICO, AROMA NATURAL E ANTIOXIDANTE E ACIDO ASCORBICO, SEM GLÚTEM.GARRAFA 1LT.				
22	SUCO NECTAR - SABOR DE LARANJA, BENZOATO DE SODIO E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, 40% SUCO, AGUA,AÇUCAR, ACIDULANTE ÁCIDO CITRICO, AROMA NATURAL E ANTIOXIDANTE E ACIDO ASCORBICO, SEM GLÚTEM.GARRAFA 1LT.	UND.	50	R$	R$
TOTAL					

Fundamentação das quantidades

As quantidades foram baseadas no consumo realizado no período de 2024 e registrados pelo processo de licitação na modalidade Carta Convite nº 009/2024, Processo Administrativo nº056/2024.

Os quantitativos registrados naquele processo de contratação foram suficientes para a demanda da Entidade no período de 12 (doze) meses, se baseando nos princípios da eficiência, do planejamento, da eficácia, da motivação, da razoabilidade, da proporcionalidade e da economicidade.

A aquisição e fornecimento dos gêneros alimentícios acima será fornecida de forma parcelada, sempre mediante requisição, não sendo obrigada a contratante a solicitar o item deste termo.

Os produtos desta licitação, serão entregues no endereço Av. dos Três Poderes s/n - Ouro Negro - Candeias - Bahia, ou endereço indicado na ORDEM DE COMPRA/FORNECIMENTO;

Os produtos acima identificados deverão obrigatoriamente estar de acordo com a vigilância sanitária do município;

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, sendo que o objeto desta contratação é caracterizado como comuns.

O prazo de vigência da contratação/registro de preços são de 12 (doze) meses contados do(a) ato de publicação do Extrato da Ata de Registro de Preços ou Contrato em Diário Oficial desta Administração Pública e do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

Para a pesquisa de preços, foi utilizada a referência com fornecedores locais/regionais visto que, a busca por outras contratações públicas em outros Órgãos, como outras cidades, não acompanhariam o preço praticado em mercado.

3 - JUSTIFICATIVA:

A Câmara Municipal de Candeias - BA necessita adquirir gêneros alimentícios. Alguns gêneros alimentícios também são estendidos aos funcionários durante o exercício de suas funções no serviço público.

A aquisição se faz necessária para atender as demandas mensais e ordinárias.

Assim, considerando que a Administração pública tem por finalidade básica planejar e executar políticas na Gestão com especial atenção aos seus setores, visando o bem comum de interesse social, e por não possuir armazenamento de produtos e nem abastecimento próprio, vem primordialmente pela necessidade de escolha, buscar meios que viabilizem a aquisição

de Gêneros Alimentícios para suprir as demandas das ações promovidas pela Entidade e atender as requisições de todos os setores que compõem sua organicidade estrutural administrativa, destinadas a dar continuidade a realização de ações que constituem área de sua competência legal.

4 - DO ENQUADRAMENTO LEGAL:

O presente termo de referência tem como base legal a Lei Federal 14.133/2021 Lei de Licitações, especificadamente seu artigo 6°, XXIII.

O procedimento observado obedece ao disposto no artigo 62 ao 70, combinado com o art. 72, ali inclusos todas as suas cláusulas.

A contratação, via modalidade Dispensa de Licitação, torna mais eficiente a contratação, que visa à consecução do interesse público e da economicidade.

5 - DO REGIME DE EXECUÇÃO, LOCAL E DA FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

5.1. O serviço/fornecimento contratado será realizado por execução direta.

Condições de Entrega

5.2. Todos os produtos/serviços serão entregues conforme solicitado e a critério da Solicitante competente, de acordo com a Ordem de Fornecimento emitido pelo setor de Compras, deste Termo de Referência;

5.2.1. Todos os produtos/serviços serão entregues conforme solicitado e a critério da Solicitante, de acordo com a Ordem de Fornecimento emitido pelo setor de Compras;

5.2.2. Local da Entrega: Os produtos/serviços desta contratação, serão entregues conforme solicitado e a critério da Solicitante, de acordo com a Ordem de Fornecimento emitido pelo setor de Compras.

a) Prazo de Entrega: A entrega dos produtos deverá ser efetuada **no prazo de 01 (um) dia**, contados a partir do recebimento da Nota de Fornecimento emitida pela solicitante, quando da efetivação do referido pedido junto ao Fornecedor através do e-mail ou outro meio hábil de comunicação;

b) Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta financeira e na Ata de Registro de Preços/Contrato de Fornecimento.

c) Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Estudo, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

d) O recebimento provisório ocorrerá na entrega inicial acompanhado da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente para fins de verificação da

aceitabilidade dos produtos, contagem, comprovação de entrega das marcas devidamente indicadas na Proposta financeira, na Ata de Registro de Preços/Contrato de Fornecimento e compatibilidade com os itens solicitados.

e) O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

f) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.3. Caso haja algum produto que tenha sido entregue em divergência com todos os itens constantes neste termo, será recusado sem nenhum ônus para Entidade, notificando a empresa para substituição imediata;

5.4. Substituir ou fornecer novo item/serviço, caso esteja em desacordo com a proposta e as especificações constantes no objeto deste Termo, bem como detalhes contidos que porventura sejam entregues com defeitos, em desacordo ou imperfeições, cabendo ao licitante vencedor providenciar o reparo de forma imediata, sem ônus para a Administração Pública;

5.5. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido no Termo de REFERÊNCIA, deverá informar imediatamente ao solicitante, indicação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega;

5.6. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida;

5.7. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, a empresa deverá providenciar a entrega de forma provisória, respeitando o prazo inicial, e caso não, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega;

5.8. Somente serão aceitos produtos/serviços especificados neste termo de referência, sendo recusados qualquer produto com especificação diferente. Para tanto, será designado servidor para fiscalização de contrato, e caso o produto solicitado não atenda a especificação solicitada, será recusado sem nenhuma oneração para esta Entidade;

5.9. Em caso de ocorrências dos itens 5.3 e 5.4 deste Termo de Referência, serão solicitadas reposição imediata do Produto também sem nenhum ônus para a Entidade, incluindo despesas de deslocamento para entrega do produto no local indicado em até 05 (cinco) dias das quantidades constatadas;

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

a) Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com

as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

b) Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (duas) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

c) O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

d) Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

e) O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

f) No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

g) O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

h) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

a) Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

b) O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

c) Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

1. o prazo de validade;
2. a data da emissão;
3. os dados do contrato e do órgão contratante;
4. o período respectivo de execução do contrato;
5. o valor a pagar; e
6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

d) Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

Prazo de pagamento

a) O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

b) No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M de correção monetária.

Forma de pagamento

a) O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

b) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

c) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

d) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

e) O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

Não haverá a antecipação de pagamento por qualquer solicitação de fornecimento ou prestação de serviços indicados neste Termo de Referência

Cessão de crédito

Não haverá cessão de crédito devido as peculiaridades do processo licitatório e aquisição dos itens/prestação de serviços.

6 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO e EXECUÇÃO DO OBJETO

Não há outras soluções de mercado a não ser a aquisição de gêneros alimentícios para suprirem as demandas corriqueiras da Entidade sendo, portanto, o meio mais eficaz, a contratação de empresas para o fornecimento dos produtos, parceladamente de acordo com as necessidades.

A falta de gêneros alimentícios para as demandas ordinárias da Entidade, afetará o funcionamento e desempenho de atividades corriqueiras dos Servidores e Edis da Câmara Municipal de Candeias - BA.

A interrupção dos serviços poderá comprometer o desempenho das atividades essenciais da Administração Pública.

6 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Para que a contratação atenda de forma eficiente e eficaz às necessidades da Administração Pública, é fundamental que a contratada possua certas qualificações e desenvolva atividades específicas, quais sejam:

Entende-se para os requisitos da contratação, a seguinte relação:

Para a contratação de empresas para o fornecimento de gêneros alimentícios, os requisitos podem incluir:

1. Habilitação Jurídica e Fiscal:

- Comprovação de inscrição no CNPJ e regularidade fiscal, incluindo certidões negativas de débitos junto à Receita Federal, FGTS e INSS.
- Documentação que comprove a constituição da empresa, como contrato social ou estatuto.

2. Habilitação Técnica:

- Comprovação de experiência no fornecimento de Gêneros Alimentícios, demonstrando capacidade para atender ao contrato.

3. Especificações do Produto:

- Os produtos embalados devem atender às normas microbiológicas e químicas estabelecidas pela ANVISA, e demais normas complementares.
- Embalagens devem ser lacradas e conter data de validade claramente indicada.

4. Condições Logísticas e de Entrega:

- Capacidade de fornecer os gêneros alimentícios dentro do prazo solicitado, garantindo a entrega em condições adequadas de higiene e conservação.
- Disponibilidade para substituir produtos com embalagens danificadas ou fora do prazo de validade.

5. Sustentabilidade e Acessibilidade:

- Preferência por fornecedores que adotem práticas sustentáveis, como o uso de embalagens recicláveis ou biodegradáveis.

A documentação necessária à contratação será relacionada no tópico 9 deste Termo de Referência.

7 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Condições de Prestação dos serviços

Todos os serviços serão prestados conforme solicitado e a critério da Entidade, parte inseparável do processo administrativo licitatório;

Caso haja alguma divergência com todos os itens constantes neste termo, será recusado sem nenhum ônus para Administração Pública, notificando a empresa contratada;

Garantia, manutenção e assistência técnica

a) A contratual do objeto tem prazo de vigência próprio, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.
b) Referente aos veículos, a futura contratada deverá prever contratação de seguros, manutenção, garantia dos veículos e assistência técnica quando necessários.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

a) O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
b) Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado

automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

c) As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

d) O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

e) Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

a) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (**Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput**).

b) A fiscalização da contratação será exercida pelo(s) Servidor(es):Fabiane de Jesus Sales, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração Pública;

c) A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios,

ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133/21;

Art. 120. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

d) O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Gestor do Contrato

a) A gestão do contrato, será ministrado pelo(a) **Everaldo Silva Aragão Filho**, Diretor de Administrativo, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

b) O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas,

informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

c) O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

d) O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

e) O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

f) O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

g) O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DO PREÇO ESTIMADO

Os custos com a presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE: 101 - CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEAIS
PROJETO / ATIVIDADES: 2002 - GESTÃO DAS AÇÕES LEGISLATIVAS
ELEMENTO DA DESPESA: 3390.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO;

9 - FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A seleção do prestador deverá ser baseada com base nos requisitos previstos neste termo de referência. Sendo assim, os documentos exigidos serão:

1. **Habilitação jurídica**
    a. **Pessoa física:**
        i. Documento de Identificação com foto ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
2. **Empresário individual:**
    a. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
3. **Microempreendedor Individual - MEI:**
    a. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

4. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**
    a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas **(CNPJ)** ou no Cadastro de Pessoas Físicas **(CPF)**, conforme o caso;

37

Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

5. Qualificação Técnica

i. Atestados de Capacidade técnica que comprove a execução de objeto e quantidade de natureza idêntica ou similar ao da presente contratação, fornecido por pessoa de direito público ou privado;

ii. Entende-se como quantidade similar o fornecimento de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica;

iii. Entende-se como prazo compatível atestado de capacidade técnica da prestação de serviços/fornecimento com no mínimo 30 dias de fornecimento;

iv. Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente;

v. Os Atestados poderão ser diligenciados pelo Agente de Contratação caso tenham alguma dúvida ou relevância que não seja possível a sua identificação, como a sua cópia reprográfica não seja visível;

vi. Não serão aceitos atestados apresentados com assinaturas de Pregoeiros e/ou presidentes ou membros de comissões de licitações, em virtude destes servidores não terem competência legal para atestarem recebimentos de mercadorias ou prestação de serviços;

vii. Não serão aceitos atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas físicas ou sem identificação da pessoa jurídica e seu

pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventual Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa.

A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas previstas na Lei Federal no 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata, ou revogar a licitação.

10 - DO PRAZO CONTRATUAL

O prazo de vigência do contrato é fixado a partir da data da sua assinatura e terá duração até 24 de abril de 2025.

11 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

11.1.1 Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato e do Termo de Referência;

11.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.1.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.1.4. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

11.1.5. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

12 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. A CONTRATADA obriga-se a:

12.1.1. executar os serviços/fornecimento conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

12.1.2. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

12.1.3. arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Contratante ou a terceiros;

12.1.4. Fornecer o objeto de acordo com as especificações e exigências apresentadas pela CONTRATANTE, conforme as condições deste instrumento;

12.1.5. Pagar todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre o fornecimento do objeto, inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho etc., ficando excluída qualquer solidariedade da CONTRATANTE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere à CONTRATANTE;

12.1.6. Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução

do contrato que não terão nenhum vínculo empregatício com a administração;

12.1.7. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a esta Administração ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

12.1.8. Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO no fornecimento do objeto, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;

12.1.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.1.10. A inadimplência com referência aos encargos e obrigações estabelecidos não transfere ao Contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o fornecimento, razão pela qual a Empresa Vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Contratante;

12.1.11. Fornecer os materiais nas embalagens e adotar todas as medidas preventivas no sentido de se minimizar acidentes ou danos que venham a comprometer a qualidade e a quantidade fornecida;

12.1.12. Manter, durante todo o período de entrega, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, quando da realização do pagamento pelo Contratante, comunicando, imediatamente, a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessa condição;

12.1.13. Manter, pessoal e equipamentos suficientes para o atendimento;

12.1.14. Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade do fornecimento;

12.1.15. Fornecer o objeto obedecendo às quantidades requisitadas, qualidade, horários, prazos e locais estabelecidos para a entrega;

12.1.16. Adequar, por determinação da Contratante, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo com as boas práticas de fabricação;

12.1.17. Comunicar, antecipadamente, a data e o horário da entrega, não sendo aceito o produto que estiver em desacordo com as especificações constantes deste Termo;

12.1.18. Dar ciência à Solicitante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da entrega dos produtos;

12.1.19. A Contratada deverá se responsabilizar por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, contribuições ao Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS, Assistenciais, Securitárias e Sindicais, de seus funcionários, sendo considerada como única empregadora, não havendo qualquer vínculo de solidariedade empregatícia desta Contratante;

12.1.20. Não poderá a Contratada, em hipótese alguma, transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações admitidas, sem prévio assentimento da contratante;

12.1.21. Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei n° 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público;

12.1.22. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do artigo 124 da Lei n.° 14.133/21.

13 - DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida subcontratação de todo o objeto licitatório.

14 - DAS SANÇÕES

A CONTRATADA sujeitar-se-á, no caso de inadimplemento de suas obrigações, às seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, se for o caso, de acordo com a Lei 14.133/21, em sua atual redação, apurado em processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório constitucional:

a) Advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido.

b) Multas de até:

b1) 0,20% (vinte décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso no prazo contratual, até o trigésimo dia, ou nos prazos parciais das Ordens de Fornecimentos, limitadas a 20% do valor da fatura;

b2) 0,40% (quarenta décimos por cento) do valor deste contrato, por dia de atraso superior a 06 (seis) meses, limitadas a 20% do valor da fatura;

b3) multa de até 30% (trinta por cento) em caso de descumprimento das normas desse contrato.

c) A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% do valor atualizado do contrato, sem prejuízos da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual;

d) Impedimento de licitar e contratar com a Administração do Ente Federativo Contratante, por prazo não superior a 03 (três) anos.

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos).

g) O valor de cada multa será atualizado monetariamente, caso haja fator de reajustamento de preços vigente no mês em que cessar o motivo que lhe deu origem.

h) As multas previstas na alínea "b" poderão, a critério da Administração, serem aplicadas isoladas ou

conjuntamente com outras sanções, a depender do grau da infração cometida pelo adjudicatário.

i) Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis ou serem deduzidas do valor correspondente ao valor do serviço, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério do Ente Contratante.

j) Os danos e prejuízos serão ressarcidos à contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação administrativa à contratada, sob pena de multa.

15 - DISPOSIÇÕES GERAIS

A Entidade reserva-se no direito de impugnar os serviços prestados, se esses não estiverem de acordo com as especificações contidas neste Termo de referência.

Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos constantes na Lei Federal 14.133/2021.

Fica eleito o foro da Comarca de Candeias/BA como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

Candeias/BA, 13 de janeiro de 2025.

Everaldo Silva Aragão Filho
Diretor Administrativo

APROVO o presente Termo de Referência, cuja finalidade é subsidiar a contratação de todas as informações necessárias, estando presentes os elementos necessários à identificação do objeto e todos os critérios para contratação de forma clara e concisa, além de cumprir com o determinado na legislação.

Candeias, Bahia, 13 de janeiro de 2025

Rosana de Souza Silva
Presidente da Câmara Municipal de Candeias

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA
.....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

Candeias - BA, 15 de janeiro de 2025

PEDIDO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

Prezado (a) Senhor (a) fornecedor/prestador de serviços,

Pelo presente, solicitamos cotação de preços, se possível no prazo de 03 dias, a contar do recebimento deste, para a execução de objeto contido no arquivo anexo.

A escolha desta empresa se deu em razão da mesma ser uma tradicional fornecedora/prestadora de serviços no ramo de contratação pretendida.

Certos de contarmos com a colaboração de Vossas Senhorias, agradecemos.

Recebido em:

Atenciosamente,

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA .....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS
E MODELO DE APRESENTAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

Servimo-nos da presente para solicitar que realize, até a data de 21/01/2025, cotação para o fornecimento dos materiais e/ou serviços relacionados no Modelo de Apresentação de Cotação de Preços, que acompanha a presente solicitação, e em observância as informações nele contidas, e condições a seguir especificadas:

1. O endereço de entrega para efeitos de formação do preço é Rua, na cidade de ....., CEP ....., telefone (...) ....., e/ou e-mail .....
2. A validade da cotação de preços deve de no mínimo 60 (sessenta) dias.
3. A presente consulta presta-se para formação de preço de referência, sendo que o órgão solicitante poderá realizar, posteriormente, por meio de PROCESSO LICITATÓRIO ou DISPENSA DE LICITAÇÃO, a formalização da aquisição/contratação.
4. A contratação por meio de PROCESSO LICITATÓRIO ou DISPENSA de LICITAÇÃO ocorre mediante a emissão de Nota de Empenho, consulta de regularidade fiscal e pagamento contra a entrega, depois de conferidos os materiais ou serviços recebidos.
5. De acordo com a norma da Receita Federal do Brasil, que dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública federal pelo fornecimento de bens e serviços, por ocasião do pagamento, serão retidos na fonte tributos federais (IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP), nos percentuais estabelecidos na referida norma, das empresas que não forem optantes pelo Simples Nacional, além dos percentuais relativos ao ISSQN (2~5%), quando da prestação de serviços.

Atenciosamente,

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA .....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

Dados da empresa:_____

Razão Social:_____

Nome Fantasia:_____

CNPJ:_____ Endereço:_____

CEP:_____ Cidade/UF:_____

Telefones:_____

E-mail:_____

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT	V. UNIT	V. TOTAL
01	ACHOCOLATADO 1.000 ML C/ 12 UND.	CX	25	R$	R$
02	AÇÚCAR - OBTIDO DA CANA DE ACUCAR, TIPO CRISTAL, COM ASPECTO COR, CHEIRO PROPRIOS, SABOR DOCE, COM TEOR DE SACAROSE MINIMO DE 99,3%P/P E UMIDADE MAXIMA DE 0,3%P/P, SEM FERMENTAÇÃO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, MATERIAIS TERROSOS E DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO ATOXICO, CONTENDO 30X1KG	FD	10	R$	R$
03	ADOÇANTE DIETÉTICO, FRASCO COM 200 ML, ASPECTO LÍQUIDO LÍMPIDO TRANSPARENTE, INGREDIENTES SACARINA SÓDICA, COM BICO DOSADOR. C/12 UND	CX	20	R$	R$
04	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO - TIPO ROSQUINHA DE COCO, COMPOSICAO BASICA FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL, SAL, ACUCAR E OUTRAS SUBSTANCIAS	CX	20	R$	R$

	PERMITIDAS.350GR CX 20X01				
05	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO - DO TIPO MAIZENA, COMPOSICAO BASICA FARINHA DE TRIGO,AMIDO DE MILHO, SAL REFINADO, ACUCAR, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, EMBALAGEM PRIMARIA DE PLASTICO RESITENTE, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS 350GR 24X01	CX	20	R$	R$
06	BISCOITO COM SAL - TIPO CREAM CRACKER, COMPOSICAO BASICA AROMATIZADO ARTIFICIALMENTE, FARIMHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, SAL, C/ GLUTEN, EXTRATO DE MALTE E FERMENTO BIOLOGICO 350GR CX 24X01	CX	25	R$	R$
07	CAFÉ MOIDO 20X250 GR	FD	40	R$	R$
08	MARGARINA - COM SAL, DE PRIMEIRA, ACONDICIONADA EM POTE PLASTICO, ATOXICO. CX C 12 UND 500G	CX	15	R$	R$
09	CHA - CAPIM CIDREIRA, CONSTITUIDO DE FRUTOS MADUROS INTEIROS DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS TOSTADOS E PARTIDOS, DE COR VERDE CINZA PARDACENTA, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACHE, EMBALADO EM CAIXA DE PAPEL CARTAO.CONTENDO 15 SACHES CADA CAIXA	CX	50	R$	R$
10	CHA - DE MACA COM CANELA, CONSTITUIDO DE CAPITULOS FLORAIS, FOLHAS NOVAS, BROTOS, CASCA, DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS	CX	50	R$	R$

	DESSECADOS, LIGEIRAMENTE TOSTADOS E PARTIDOS, DE COR VERMELHA PARDACENTA, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACHE, EMBALADO EM CAIXA DE PAPEL CARTAO.CONTENDO 15 SACHES CADA CAIXA				
11	CHA - DE CAMOMILA, CONSTITUIDO DE CAPITULOS FLORAIS, FOLHAS NOVAS, BROTOS, CASCA, DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS DESSECADOS, LIGEIRAMENTE TOSTADOS E PARTIDOS, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACHE, EMBALADO EM CAIXA DE PAPEL CARTAO.CONTENDO 15 SACHES CADA CAIXA	CX	50	R$	R$
12	LEITE EM PÓ 50X200 GR	FD	50	R$	R$
13	LEITE LIQUIDO 12X1.000 ML	CX	20	R$	R$
14	POLPA DE FRUTAS 20X100 GR	PCT	40	R$	R$
15	REFRESCO EM PÓ 15X35 GR	CX	10	R$	R$
16	REFRIGERANTE 6X2 LITROS	PCT	30	R$	R$
17	REFRIGERANTE LATA 12X350 ML	CX	20	R$	R$
18	IORGURTE (DE 900 ML) SABOR MORANGO	UND.	50	R$	R$
19	IORGURTE (DE 900 ML) SABOR COCO	UND.	50	R$	R$
20	IORGURTE (DE 900 ML) SABOR AMEIXA	UND.	50	R$	R$
21	SUCO NECTAR - SABOR DE UVA, BENZOATO DE SODIO E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, 40% SUCO, AGUA,AÇUCAR, ACIDULANTE	UND.	50	R$	R$

	ÁCIDO CITRICO, AROMA NATURAL E ANTIOXIDANTE E ACIDO ASCORBICO, SEM GLÚTEM.GARRAFA 1LT.				
22	SUCO NECTAR - SABOR DE LARANJA, BENZOATO DE SODIO E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, 40% SUCO, AGUA,AÇUCAR, ACIDULANTE ÁCIDO CITRICO, AROMA NATURAL E ANTIOXIDANTE E ACIDO ASCORBICO, SEM GLÚTEM.GARRAFA 1LT.	UND.	50	R$	R$
TOTAL					

***OBS.**: O detalhamento dos serviços e todas informações necessárias a precificação estão no Termo de Referência em anexo.*

Declara a empresa que estão inclusos no (s) preço (s) da presente cotação, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na comercialização do material/prestação de serviços.

O fornecimento ou prestação de serviços será efetuado **de forma parcelada**, com prazo de entrega não superior a **05 (cinco) dias**, contados a partir do recebimento da solicitação do órgão responsável, sempre após a realização da Nota de Empenho ou da assinatura do instrumento de contrato, se for o caso.

Os bens deverão ser entregues na sede da Contratante no almoxarifado central, no horário das 08 horas às 17 horas.

Os pedidos serão realizados de acordo com a necessidade dos setores, seguindo rigorosamente o prazo de entrega em quantidades solicitadas. Em caso de feriados o fornecedor ou o transportador por ele contratado deverá certificar-se antecipadamente quanto aos feriados locais ou alterações nos horários de expediente.

Dados bancários:
Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____

Prazo de validade da cotação: ____/____/____.
Prazo de entrega: até ____ dias.

Local e data

_____
Responsável pelo orçamento

_____
Assinatura e carimbo da empresa

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA
.....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

TERMO DE REFERÊNCIA

GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

1- OBJETO:

Fornecimento de gêneros alimentícios diversos, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Candeias - BA.

2 - DOS ITENS E QUANTIDADES A SEREM LICITADOS:

Entende-se necessária a contratação epigrafada com as seguintes quantidades:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT	V. UNIT	V. TOTAL
01	ACHOCOLATADO 1.000 ML C/ 12 UND.	CX	25	R$	R$
02	AÇÚCAR - OBTIDO DA CANA DE ACUCAR, TIPO CRISTAL, COM ASPECTO COR, CHEIRO PROPRIOS, SABOR DOCE, COM TEOR DE SACAROSE MINIMO DE 99,3%P/P E UMIDADE MAXIMA DE 0,3%P/P, SEM FERMENTAÇÃO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, MATERIAIS TERROSOS E DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO ATOXICO, CONTENDO 30X1KG	FD	10	R$	R$
03	ADOÇANTE DIETÉTICO, FRASCO COM 200 ML, ASPECTO LÍQUIDO LÍMPIDO TRANSPARENTE, INGREDIENTES SACARINA SÓDICA, COM BICO DOSADOR. C/12 UND	CX	20	R$	R$
04	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO - TIPO ROSQUINHA DE COCO,	CX	20	R$	R$

	COMPOSICAO BASICA FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL, SAL, ACUCAR E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS.350GR CX 20X01				
05	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO - DO TIPO MAIZENA, COMPOSICAO BASICA FARINHA DE TRIGO,AMIDO DE MILHO, SAL REFINADO, ACUCAR, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, EMBALAGEM PRIMARIA DE PLASTICO RESITENTE, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS 350GR 24X01	CX	20	R$	R$
06	BISCOITO COM SAL - TIPO CREAM CRACKER, COMPOSICAO BASICA AROMATIZADO ARTIFICIALMENTE, FARIMHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, SAL, C/ GLUTEN, EXTRATO DE MALTE E FERMENTO BIOLOGICO 350GR CX 24X01	CX	25	R$	R$
07	CAFÉ MOIDO 20X250 GR	FD	40	R$	R$
08	MARGARINA - COM SAL, DE PRIMEIRA, ACONDICIONADA EM POTE PLASTICO, ATOXICO. CX C 12 UND 500G	CX	15	R$	R$
09	CHA - CAPIM CIDREIRA, CONSTITUIDO DE FRUTOS MADUROS INTEIROS DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS TOSTADOS E PARTIDOS, DE COR VERDE CINZA PARDACENTA, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACHE, EMBALADO EM CAIXA DE PAPEL CARTAO.CONTENDO 15 SACHES CADA CAIXA	CX	50	R$	R$
10	CHA - DE MACA COM CANELA, CONSTITUIDO DE CAPITULOS FLORAIS, FOLHAS NOVAS, BROTOS,	CX	50	R$	R$

	CASCA, DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS DESSECADOS, LIGEIRAMENTE TOSTADOS E PARTIDOS, DE COR VERMELHA PARDACENTA, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACHE, EMBALADO EM CAIXA DE PAPEL CARTAO.CONTENDO 15 SACHES CADA CAIXA				
11	CHA - DE CAMOMILA, CONSTITUIDO DE CAPITULOS FLORAIS, FOLHAS NOVAS, BROTOS, CASCA, DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS DESSECADOS, LIGEIRAMENTE TOSTADOS E PARTIDOS, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACHE, EMBALADO EM CAIXA DE PAPEL CARTAO.CONTENDO 15 SACHES CADA CAIXA	CX	50	R$	R$
12	LEITE EM PÓ 50X200 GR	FD	50	R$	R$
13	LEITE LIQUIDO 12X1.000 ML	CX	20	R$	R$
14	POLPA DE FRUTAS 20X100 GR	PCT	40	R$	R$
15	REFRESCO EM PÓ 15X35 GR	CX	10	R$	R$
16	REFRIGERANTE 6X2 LITROS	PCT	30	R$	R$
17	REFRIGERANTE LATA 12X350 ML	CX	20	R$	R$
18	IORGURTE (DE 900 ML) SABOR MORANGO	UND.	50	R$	R$
19	IORGURTE (DE 900 ML) SABOR COCO	UND.	50	R$	R$
20	IORGURTE (DE 900 ML) SABOR AMEIXA	UND.	50	R$	R$
21	SUCO NECTAR - SABOR DE UVA, BENZOATO DE SODIO E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, 40% SUCO, AGUA,AÇUCAR, ACIDULANTE	UND.	50	R$	R$

	ÁCIDO CITRICO, AROMA NATURAL E ANTIOXIDANTE E ACIDO ASCORBICO, SEM GLÚTEM.GARRAFA 1LT.				
22	SUCO NECTAR - SABOR DE LARANJA, BENZOATO DE SODIO E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, 40% SUCO, AGUA,AÇUCAR, ACIDULANTE ÁCIDO CITRICO, AROMA NATURAL E ANTIOXIDANTE E ACIDO ASCORBICO, SEM GLÚTEM.GARRAFA 1LT.	UND.	50	R$	R$
TOTAL					

Fundamentação das quantidades

As quantidades foram baseadas no consumo realizado no período de 2024 e registrados pelo processo de licitação na modalidade Carta Convite nº 009/2024, Processo Administrativo nº056/2024.

Os quantitativos registrados naquele processo de contratação foram suficientes para a demanda da Entidade no período de 12 (doze) meses, se baseando nos princípios da eficiência, do planejamento, da eficácia, da motivação, da razoabilidade, da proporcionalidade e da economicidade.

A aquisição e fornecimento dos gêneros alimentícios acima será fornecida de forma parcelada, sempre mediante requisição, não sendo obrigada a contratante a solicitar o item deste termo.

Os produtos desta licitação, serão entregues no endereço Av. dos Três Poderes s/n - Ouro Negro - Candeias - Bahia, ou endereço indicado na ORDEM DE COMPRA/FORNECIMENTO;

Os produtos acima identificados deverão obrigatoriamente estar de acordo com a vigilância sanitária do município;

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, sendo que o objeto desta contratação é caracterizado como comuns.

O prazo de vigência da contratação/registro de preços são de 12 (doze) meses contados do(a) ato de publicação do Extrato da Ata de Registro de Preços ou Contrato em Diário Oficial desta Administração Pública e do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

Para a pesquisa de preços, foi utilizada a referência com fornecedores locais/regionais visto que, a busca por outras contratações públicas em outros Órgãos, como outras cidades, não acompanhariam o preço praticado em mercado.

3 - JUSTIFICATIVA:

A Câmara Municipal de Candeias - BA necessita adquirir gêneros alimentícios. Alguns gêneros alimentícios também são estendidos aos funcionários durante o exercício de suas funções no serviço público.

A aquisição se faz necessária para atender as demandas mensais e ordinárias.

Assim, considerando que a Administração pública tem por finalidade básica planejar e executar políticas na Gestão com especial atenção aos seus setores, visando o bem comum de interesse social, e por não possuir armazenamento de produtos e nem abastecimento próprio, vem primordialmente pela necessidade de escolha, buscar meios que viabilizem a aquisição de Gêneros Alimentícios para suprir as demandas das ações promovidas pela Entidade e atender as requisições de todos os setores que compõem sua organicidade estrutural

administrativa, destinadas a dar continuidade a realização de ações que constituem área de sua competência legal.

4 - DO ENQUADRAMENTO LEGAL:

O presente termo de referência tem como base legal a Lei Federal 14.133/2021 Lei de Licitações, especificadamente seu artigo 6°, XXIII.

O procedimento observado obedece ao disposto no artigo 62 ao 70, combinado com o art. 72, ali inclusos todas as suas cláusulas.

A contratação, via modalidade Dispensa de Licitação, torna mais eficiente a contratação, que visa à consecução do interesse público e da economicidade.

5 - DO REGIME DE EXECUÇÃO, LOCAL E DA FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

5.1. O serviço/fornecimento contratado será realizado por execução direta.

Condições de Entrega

5.2. Todos os produtos/serviços serão entregues conforme solicitado e a critério da Solicitante competente, de acordo com a Ordem de Fornecimento emitido pelo setor de Compras, deste Termo de Referência;

5.2.1. Todos os produtos/serviços serão entregues conforme solicitado e a critério da Solicitante, de acordo com a Ordem de Fornecimento emitido pelo setor de Compras;

5.2.2. Local da Entrega: Os produtos/serviços desta contratação, serão entregues conforme solicitado e a critério da Solicitante, de acordo com a Ordem de Fornecimento emitido pelo setor de Compras.

a) Prazo de Entrega: A entrega dos produtos deverá ser efetuada **no prazo de 01 (um) dia**, contados a partir do recebimento da Nota de Fornecimento emitida pela solicitante, quando da efetivação do referido pedido junto ao Fornecedor através do e-mail ou outro meio hábil de comunicação;

b) Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta financeira e na Ata de Registro de Preços/Contrato de Fornecimento.

c) Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Estudo, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

d) O recebimento provisório ocorrerá na entrega inicial acompanhado da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente para fins de verificação da aceitabilidade dos produtos, contagem, comprovação de entrega das marcas devidamente indicadas na Proposta financeira, na Ata de Registro de Preços/Contrato de Fornecimento e compatibilidade com os itens solicitados.

e) O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

f) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.3. Caso haja algum produto que tenha sido entregue em divergência com todos os itens constantes neste termo, será recusado sem nenhum ônus para Entidade, notificando a empresa para substituição imediata;

5.4. Substituir ou fornecer novo item/serviço, caso esteja em desacordo com a proposta e as especificações constantes no objeto deste Termo, bem como detalhes contidos que porventura sejam entregues com defeitos, em desacordo ou imperfeições, cabendo ao licitante vencedor providenciar o reparo de forma imediata, sem ônus para a Administração Pública;

5.5. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido no Termo de REFERÊNCIA, deverá informar imediatamente ao solicitante, indicação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega;

5.6. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida;

5.7. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, a empresa deverá providenciar a entrega de forma provisória, respeitando o prazo inicial, e caso não, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega;

5.8. Somente serão aceitos produtos/serviços especificados neste termo de referência, sendo recusados qualquer produto com especificação diferente. Para tanto, será designado servidor para fiscalização de contrato, e caso o produto solicitado não atenda a especificação solicitada, será recusado sem nenhuma oneração para esta Entidade;

5.9. Em caso de ocorrências dos itens 5.3 e 5.4 deste Termo de Referência, serão solicitadas reposição imediata do Produto também sem nenhum ônus para a Entidade, incluindo despesas de deslocamento para entrega do produto no local indicado em até 05 (cinco) dias das quantidades constatadas;

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

a) Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
b) Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (duas) horas, a contar da notificação da

contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

c) O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

d) Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

e) O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

f) No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

g) O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

h) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

a) Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

b) O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

c) Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

1. o prazo de validade;
2. a data da emissão;
3. os dados do contrato e do órgão contratante;
4. o período respectivo de execução do contrato;
5. o valor a pagar; e
6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

d) Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

Prazo de pagamento

a) O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

b) No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva

realização, mediante aplicação do índice IGP-M de correção monetária.

Forma de pagamento

a) O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

b) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

c) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

d) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

e) O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

Não haverá a antecipação de pagamento por qualquer solicitação de fornecimento ou prestação de serviços indicados neste Termo de Referência

Cessão de crédito

Não haverá cessão de crédito devido as peculiaridades do processo licitatório e aquisição dos itens/prestação de serviços.

6 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO e EXECUÇÃO DO OBJETO

Não há outras soluções de mercado a não ser a aquisição de gêneros alimentícios para suprirem as demandas corriqueiras da Entidade sendo, portanto, o meio mais eficaz, a contratação de empresas para o fornecimento dos produtos, parceladamente de acordo com as necessidades.

A falta de gêneros alimentícios para as demandas ordinárias da Entidade, afetará o funcionamento e desempenho de atividades corriqueiras dos Servidores e Edis da Câmara Municipal de Candeias - BA.

A interrupção dos serviços poderá comprometer o desempenho das atividades essenciais da Administração Pública.

6 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Para que a contratação atenda de forma eficiente e eficaz às necessidades da Administração Pública, é fundamental que a contratada possua certas qualificações e desenvolva atividades específicas, quais sejam:

Entende-se para os requisitos da contratação, a seguinte relação:

Para a contratação de empresas para o fornecimento de gêneros alimentícios, os requisitos podem incluir:

1. Habilitação Jurídica e Fiscal:

- Comprovação de inscrição no CNPJ e regularidade fiscal, incluindo certidões negativas de débitos junto à Receita Federal, FGTS e INSS.
- Documentação que comprove a constituição da empresa, como contrato social ou estatuto.

2. Habilitação Técnica:

- Comprovação de experiência no fornecimento de Gêneros Alimentícios, demonstrando capacidade para atender ao contrato.

3. Especificações do Produto:

- Os produtos embalados devem atender às normas microbiológicas e químicas estabelecidas pela ANVISA, e demais normas complementares.

- Embalagens devem ser lacradas e conter data de validade claramente indicada.

4. Condições Logísticas e de Entrega:

- Capacidade de fornecer os gêneros alimentícios dentro do prazo solicitado, garantindo a entrega em condições adequadas de higiene e conservação.

- Disponibilidade para substituir produtos com embalagens danificadas ou fora do prazo de validade.

5. Sustentabilidade e Acessibilidade:

- Preferência por fornecedores que adotem práticas sustentáveis, como o uso de embalagens recicláveis ou biodegradáveis.

A documentação necessária à contratação será relacionada no tópico 9 deste Termo de Referência.

7 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Condições de Prestação dos serviços

Todos os serviços serão prestados conforme solicitado e a critério da Entidade, parte inseparável do processo administrativo licitatório;

Caso haja alguma divergência com todos os itens constantes neste termo, será recusado sem nenhum ônus para Administração Pública, notificando a empresa contratada;

Garantia, manutenção e assistência técnica

a) A contratual do objeto tem prazo de vigência próprio, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.
b) Referente aos veículos, a futura contratada deverá prever contratação de seguros, manutenção, garantia dos veículos e assistência técnica quando necessários.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

a) O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
b) Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;
c) As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
d) O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;
e) Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação

do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

a) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (**Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput**).

b) A fiscalização da contratação será exercida pelo(s) Servidor(es):Fabiane de Jesus Sales, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração Pública;

c) A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133/21;

Art. 120. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

d) O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato,

indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Gestor do Contrato

a) A gestão do contrato, será ministrado pelo(a) **Everaldo Silva Aragão Filho**, Diretor de Administrativo, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

b) O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

c) O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

d) O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente

definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

e) O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

f) O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

g) O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DO PREÇO ESTIMADO

Os custos com a presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE: 101 - CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEAIS
PROJETO / ATIVIDADES: 2002 - GESTÃO DAS AÇÕES LEGISLATIVAS
ELEMENTO DA DESPESA: 3390.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO;

9 - FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A seleção do prestador deverá ser baseada com base nos requisitos previstos neste termo de referência. Sendo assim, os documentos exigidos serão:

1. Habilitação jurídica

a. **Pessoa física:**

i. Documento de Identificação com foto ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

2. **Empresário individual:**

a. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

3. **Microempreendedor Individual - MEI:**

a. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

4. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas **(CNPJ)** ou no Cadastro de Pessoas Físicas **(CPF)**, conforme o caso;

b. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU);

c. **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;

d. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e. **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual**, relativo ao domicílio ou sede do

fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f. **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual**, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
   i. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

g. **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do fornecedor;
   i. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

5. **Qualificação Técnica**
   i. Atestados de Capacidade técnica que comprove a execução de objeto e quantidade de natureza idêntica ou similar ao da presente contratação, fornecido por pessoa de direito público ou privado;
   ii. Entende-se como quantidade similar o fornecimento de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica;
   iii. Entende-se como prazo compatível atestado de capacidade técnica da prestação de serviços/fornecimento com no mínimo 30 dias de fornecimento;
   iv. Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou

emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente;

v. Os Atestados poderão ser diligenciados pelo Agente de Contratação caso tenham alguma dúvida ou relevância que não seja possível a sua identificação, como a sua cópia reprográfica não seja visível;

vi. Não serão aceitos atestados apresentados com assinaturas de Pregoeiros e/ou presidentes ou membros de comissões de licitações, em virtude destes servidores não terem competência legal para atestarem recebimentos de mercadorias ou prestação de serviços;

vii. Não serão aceitos atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas físicas ou sem identificação da pessoa jurídica e seu responsável que o assinou, salvo, se por motivo de diligência, possa ser comprovado a sua veracidade;

6. Das declarações:

a) Declaração em papel timbrado de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

b) Declaração em papel timbrado de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) em situação irregular perante o Ministério do Trabalho e Emprego;

c) Declaração em papel timbrado de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) que seja(m) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou

por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de agente público responsável pela licitação ou de autoridade superior;

d) Declaração em papel timbrado de que não está impedido de licitar e contratar com a Administração Pública;

e) Declaração em papel timbrado de que cumpre os requisitos de habilitação exigidos no edital;

f) Declaração em papel timbrado de que não possui em seu quadro de pessoal servidor(es) ou dirigente(s) de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

Às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e as Cooperativas que apresentarem restrição na comprovação de regularidade fiscal será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, prorrogáveis por igual período, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventual Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa.

A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas previstas na Lei Federal no 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata, ou revogar a licitação.

10 - DO PRAZO CONTRATUAL

O prazo de vigência do contrato é fixado a partir da data da sua assinatura e terá duração até 24 de abril de 2025.

11 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

11.1.1 Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato e do Termo de Referência;

11.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.1.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.1.4. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

11.1.5. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

12 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. A CONTRATADA obriga-se a:

12.1.1. executar os serviços/fornecimento conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

12.1.2. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

12.1.3. arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Contratante ou a terceiros;

12.1.4. Fornecer o objeto de acordo com as especificações e exigências apresentadas pela CONTRATANTE, conforme as condições deste instrumento;

12.1.5. Pagar todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre o fornecimento do objeto, inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho etc., ficando excluída qualquer solidariedade da CONTRATANTE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere à CONTRATANTE;

12.1.6. Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do contrato que não terão nenhum vínculo empregatício com a administração;

12.1.7. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a esta Administração ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

12.1.8. Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO no fornecimento do objeto, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;

12.1.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.1.10. A inadimplência com referência aos encargos e obrigações estabelecidos não transfere ao Contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o fornecimento, razão pela qual a Empresa Vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Contratante;

12.1.11. Fornecer os materiais nas embalagens e adotar todas as medidas preventivas no sentido de se minimizar acidentes ou danos que venham a comprometer a qualidade e a quantidade fornecida;

12.1.12. Manter, durante todo o período de entrega, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, quando da realização do pagamento pelo Contratante, comunicando, imediatamente, a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessa condição;

12.1.13. Manter, pessoal e equipamentos suficientes para o atendimento;

12.1.14. Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade do fornecimento;

12.1.15. Fornecer o objeto obedecendo às quantidades requisitadas, qualidade, horários, prazos e locais estabelecidos para a entrega;

12.1.16. Adequar, por determinação da Contratante, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo com as boas práticas de fabricação;

12.1.17. Comunicar, antecipadamente, a data e o horário da entrega, não sendo aceito o produto que estiver em desacordo com as especificações constantes deste Termo;

12.1.18. Dar ciência à Solicitante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da entrega dos produtos;

12.1.19. A Contratada deverá se responsabilizar por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, contribuições ao Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS, Assistenciais, Securitárias e Sindicais, de seus funcionários, sendo considerada como única empregadora, não havendo qualquer vínculo de solidariedade empregatícia desta Contratante;

12.1.20. Não poderá a Contratada, em hipótese alguma, transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações admitidas, sem prévio assentimento da contratante;

12.1.21. Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei n° 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público;

12.1.22. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do artigo 124 da Lei n.° 14.133/21.

13 - DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida subcontratação de todo o objeto licitatório.

14 - DAS SANÇÕES

A CONTRATADA sujeitar-se-á, no caso de inadimplemento de suas obrigações, às seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, se for o caso, de acordo com a Lei 14.133/21, em sua atual redação, apurado em processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório constitucional:

a) Advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido.

b) Multas de até:

b1) 0,20% (vinte décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso no prazo contratual, até o trigésimo dia, ou nos prazos parciais das Ordens de Fornecimentos, limitadas a 20% do valor da fatura;

b2) 0,40% (quarenta décimos por cento) do valor deste contrato, por dia de atraso superior a 06 (seis) meses, limitadas a 20% do valor da fatura;

b3) multa de até 30% (trinta por cento) em caso de descumprimento das normas desse contrato.

c) A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% do valor atualizado do contrato, sem prejuízos da cobrança de perdas e danos que venham a

ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual;

d) Impedimento de licitar e contratar com a Administração do Ente Federativo Contratante, por prazo não superior a 03 (três) anos.

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos).

g) O valor de cada multa será atualizado monetariamente, caso haja fator de reajustamento de preços vigente no mês em que cessar o motivo que lhe deu origem.

h) As multas previstas na alínea "b" poderão, a critério da Administração, serem aplicadas isoladas ou conjuntamente com outras sanções, a depender do grau da infração cometida pelo adjudicatário.

i) Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis ou serem deduzidas do valor correspondente ao valor do serviço, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério do Ente Contratante.

j) Os danos e prejuízos serão ressarcidos à contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação administrativa à contratada, sob pena de multa.

15 - DISPOSIÇÕES GERAIS

A Entidade reserva-se no direito de impugnar os serviços prestados, se esses não estiverem de acordo com as especificações contidas neste Termo de referência.

Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos constantes na Lei Federal 14.133/2021.

Fica eleito o foro da Comarca de Candeias/BA como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

Candeias/BA, 13 de janeiro de 2025.

Everaldo Silva Aragão Filho
Diretor Administrativo

80

Ao Sr. Everaldo Silva Aragão Filho
Diretor Administrativo
Assunto: Pesquisa de Preços.

Em face de solicitação da pesquisa de preços para obtenção de preço referencial para futura contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios diversos, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Candeias - BA, encaminho, pelo presente, a pesquisa de preços, relatório final de valor (mapa comparativo) e a documentação necessária para comprovar o preenchimento dos requisitos de habilitação e qualificação mínimos, a fim de instruir o processo no tocante ao preço referencial.

O valor estimado para contratação é de R$ 61.803,00 (sessenta e um mil oitocentos e três reais).

Anexo encontram-se os preços extraídos por cotação.

Encontro-me à disposição para dirimir dúvidas posteriores.

Candeias - BA, 23 de janeiro de 2025

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação

81

CASA SANTANA
COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA.

Candeias - Bahia

COTAÇÃO

À
Câmara de Vereadores de Candeias - BA.

Prezados Senhores,

Pela presente, submetemos à apreciação de V.Sa., a nossa proposta de preços.

GENEROS ALIMENTICIOS

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA	V. UNITARIO	V. TOTAL
1	CX	25	ACHOCOLATADO 1.000 ML C/ 12 UND.	IBITURUNA	R$ 130,00	R$ 3.250,00
2	FD	10	AÇÚCAR - OBTIDO DA CANA DE ACUCAR, TIPO CRISTAL, COM ASPECTO COR, CHEIRO PROPRIOS, SABOR DOCE, COM TEOR DE SACAROSE MINIMO DE 99,3%P/P E UMIDADE MAXIMA DE 0,3%P/P, SEM FERMENTAÇÃO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, MATERIAIS TERROSOS E DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO ATOXICO, CONTENDO 30X1KG	CORURIPE	R$ 170,00	R$ 1.700,00
3	CX	20	ADOÇANTE DIETÉTICO, FRASCO COM 200 ML, ASPECTO LÍQUIDO LÍMPIDO TRANSPARENTE, INGREDIENTES SACARINA SÓDICA, COM BICO DOSADOR. C/12 UND	MARATA	R$ 126,00	R$ 2.520,00
4	CX	20	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO - TIPO ROSQUINHA DE COCO, COMPOSICAO BASICA FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL, SAL, ACUCAR E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS.350GR CX 20X01	MICOS	R$ 130,00	R$ 2.600,00
5	CX	20	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO - DO TIPO MAIZENA, COMPOSICAO BASICA FARINHA DE TRIGO,AMIDO DE MILHO, SAL REFINADO, ACUCAR, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, EMBALAGEM PRIMARIA DE PLASTICO RESITENTE, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS 350GR 24X01	FORTALEZA	R$ 140,00	R$ 2.800,00
6	CX	25	BISCOITO COM SAL - TIPO CREAM CRACKER, COMPOSICAO BASICA AROMATIZADO ARTIFICIALMENTE, FARIMHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, SAL, C/ GLUTEN, EXTRATO DE MALTE E FERMENTO BIOLOGICO 350GR CX 24X01	PILLAR	R$ 135,00	R$ 3.375,00
7	FD	40	CAFÉ MOIDO 20X250 GR	MARATA	R$ 300,00	R$ 12.000,00

Rua 14 de Agosto, 141 – Triângulo – Candeias – Bahia
Telefone: (71) 3601-1836

CASA SANTANA
COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA.

Candeias - Bahia

8	CX	15	MARGARINA - COM SAL, DE PRIMEIRA, ACONDICIONADA EM POTE PLASTICO, ATOXICO. CX C 12 UND 500G	DELINE	R$ 85,00	R$	1.275,00
9	CX	50	CHA - CAPIM CIDREIRA, CONSTITUIDO DE FRUTOS MADUROS INTEIROS DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS TOSTADOS E PARTIDOS, DE COR VERDE CINZA PARDACENTA, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACHE, EMBALADO EM CAIXA DE PAPEL CARTAO.CONTENDO 15 SACHES CADA CAIXA	MARATA	7,99	R$	399,50
10	CX	50	CHA - DE MACA COM CANELA, CONSTITUIDO DE CAPITULOS FLORAIS, FOLHAS NOVAS, BROTOS, CASCA, DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS DESSECADOS, LIGEIRAMENTE TOSTADOS E PARTIDOS, DE COR VERMELHA PARDACENTA, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACHE, EMBALADO EM CAIXA DE PAPEL CARTAO.CONTENDO 15 SACHES CADA CAIXA	MARATA	7,99	R$	399,50
11	CX	50	CHA - DE CAMOMILA, CONSTITUIDO DE CAPITULOS FLORAIS, FOLHAS NOVAS, BROTOS, CASCA, DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS DESSECADOS, LIGEIRAMENTE TOSTADOS E PARTIDOS, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACHE, EMBALADO EM CAIXA DE PAPEL CARTAO.CONTENDO 15 SACHES CADA CAIXA	MARATA	7,99	R$	399,50
12	FD	50	LEITE EM PÓ 50X200 GR	CCGL	R$ 440,00	R$	22.000,00
13	CX	20	LEITE LIQUIDO 12X1.000 ML	DAMARE	R$ 65,00	R$	1.300,00
14	PCT	40	POLPA DE FRUTAS 20X100 GR	DOCEMEL	R$ 30,00	R$	1.200,00
15	CX	10	REFRESCO EM PÓ 15X35 GR	MARATA	R$ 40,15	R$	401,50
16	PCT	30	REFRIGERANTE 6X2 LITROS	PEPSI	R$ 48,60	R$	1.458,00
17	CX	20	REFRIGERANTE LATA 12X350 ML	PEPSI	R$ 40,00	R$	800,00
18	UND.	50	IORGURTE (DE 900 ML) SABOR MORANGO	BETANIA	R$ 15,50	R$	775,00
19	UND.	50	IORGURTE (DE 900 ML) SABOR COCO	BETANIA	R$ 15,50	R$	775,00
20	UND.	50	IORGURTE (DE 900 ML) SABOR AMEIXA	BETANIA	R$ 15,50	R$	775,00

CASA SANTANA
COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA.

Candeias - Bahia

21	UND.	50	SUCO NECTAR - SABOR DE UVA, BENZOATO DE SODIO E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, 40% SUCO, AGUA,AÇUCAR, ACIDULANTE ÁCIDO CITRICO, AROMA NATURAL E ANTIOXIDANTE E ACIDO ASCORBICO, SEM GLÚTEM.GARRAFA 1LT.	MARATA	R$ 16,00	R$ 800,00
22	UND.	50	SUCO NECTAR - SABOR DE LARANJA, BENZOATO DE SODIO E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, 40% SUCO, AGUA,AÇUCAR, ACIDULANTE ÁCIDO CITRICO, AROMA NATURAL E ANTIOXIDANTE E ACIDO ASCORBICO, SEM GLÚTEM.GARRAFA 1LT.	MARATA	R$ 16,00	R$ 800,00
VALOR GLOBAL						**R$ 61.803,00**

VALOR EM R$ 61.80300 (SESSENTA E HUM MIL E OITOCENTOS E TRÊS REAIS)
VALIDADE DA PROPOSTA: 60 SESSENTA DIAS
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: MENSAL.

Candeias - Bahia, 20 de Janeiro 2025.

CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA
Alan Souza dos Nascimento
ADMINISTRADOR

14.374.003/001-08
I E 21 502 901
CASA SANTANA COMERC.DE ALIMENTOS LTDA-EPP
Rua 14 de agosto, 141-Triângulo
Cep 43 815-010
Candeias-BA

84

CASA SANTANA
COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA.

Candeias - Bahia

À
Câmara de Vereadores de Candeias - BA.

Prezados Senhores,

EU ALAN SOUZA DO NASCIMENTO, SOCIO ADIMISTRADOR DA EMPRESA CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA INCRITA NO CNPJ 14.374.003/0001-08, PORTADOR DO CPF 044.04.755-22 RESIDENTE NA RUA 14 DE AGOSTO, 141, TRIANGULO, CANDEIAS BAHIA CEP 43815-020, DECLARO QUE NESTA EMPRESA NÃO POSSUI NO SEU QUADRO DE PESSOAL EMPREGADOS DE 18 ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E DE 16 ANOS EM QUALQUER TRABALHO, SALVO NA CONDIÇÃO DE MENOR APRENDIZ, A PARTIR DE 14 ANOS.

Candeias - Bahia, 20 de Janeiro 2025.

14.374.003/0001-08
I.E 21.502.901
CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA- EPP
Rua 14 de Agosto,141-Triângulo
CEP:43.815-010
CANDEIAS - BA

CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA
Alan Souza dos Nascimento
ADMINISTRADOR

85

CASA SANTANA
COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA.

Candeias - Bahia

À
Câmara de Vereadores de Candeias - BA.

Prezados Senhores,

EU ALAN SOUZA DO NASCIMENTO, SOCIO ADIMISTRADOR DA EMPRESA CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA INCRITA NO CNPJ 14.374.003/0001-08, PORTADOR DO CPF 044.04.755-22 RESIDENTE NA RUA 14 DE AGOSTO, 141, TRIANGULO, CANDEIAS BAHIA CEP 43815-020, DECLARO QUE NESTA EMPRESA NÃO POSSUI NO SEU QUADRO DE PESSOAL EMPREGADOS EM SITUAÇÃO IRREGULAR PERANTE AO MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO.

Candeias - Bahia, 20 de Janeiro 2025.

14.374.003/0001- 08
I.E 21.502.901
CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA- EPP
Rua 14 de Agosto,141-Triângulo
CEP:43.815-010
CANDEIAS - BA

CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA
Alan Souza dos Nascimento
ADMINISTRADOR

86

CASA SANTANA
COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA.

Candeias - Bahia

À
Câmara de Vereadores de Candeias - BA.

Prezados Senhores,

EU ALAN SOUZA DO NASCIMENTO, SÓCIO ADMINISTRADOR DA EMPRESA CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA INSCRITA NO CNPJ 14.374.003/0001-08, PORTADOR DO CPF 044.04.755-22 RESIDENTE NA RUA 14 DE AGOSTO, 141, TRIANGULO, CANDEIAS BAHIA CEP 43815-020, DECLARO QUE NESTA EMPRESA NÃO POSSUI NO SEU QUADRO DE PESSOAL EMPREGADOS EMPREGADOS QUE SEJA CÔNJUGE, COMPANHEIRO OU PARENTE EM LINHA RETA, COLATERAL OU POR AFINIDADE, ATÉ O TERCEIRO GRAU, INCLUSIVE, DE AGENTE PUBLICO RESPONSÁVEL PELA LICITAÇÃO OU DE AUTORIDADE SUPERIOR.

Candeias - Bahia, 20 de Janeiro 2025.

14.374.003/0001-08
I.E 21.502.901
CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA- EPP
Rua 14 de Agosto,141-Triângulo
CEP:43.815-010
CANDEIAS - BA

CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA
Alan Souza dos Nascimento
ADMINISTRADOR

87

CASA SANTANA
COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA.

Candeias - Bahia

À
Câmara de Vereadores de Candeias - BA.

Prezados Senhores,

EU ALAN SOUZA DO NASCIMENTO, SÓCIO ADMINISTRADOR DA EMPRESA CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA INSCRITA NO CNPJ 14.374.003/0001-08, PORTADOR DO CPF 044.04.755-22 RESIDENTE NA RUA 14 DE AGOSTO, 141, TRIANGULO, CANDEIAS BAHIA CEP 43815-020, DECLARO QUE ESTA EMPRESA NÃO ESTA IMPEDIDA DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PUBLICA.

Candeias - Bahia, 20 de Janeiro 2025.

CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA
Alan Souza dos Nascimento
ADMINISTRADOR

14.374.003/0001-08
I.E 21.502.901
CASA SANTANA COMERCIAL
DE ALIMENTOS LTDA- EPP
Rua 14 de Agosto,141-Triângulo
CEP:43.815-010
CANDEIAS - BA

88

CASA SANTANA
COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA.

Candeias - Bahia

À
Câmara de Vereadores de Candeias - BA.

Prezados Senhores,

EU ALAN SOUZA DO NASCIMENTO, SÓCIO ADMINISTRADOR DA EMPRESA CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA INSCRITA NO CNPJ 14.374.003/0001-08, PORTADOR DO CPF 044.04.755-22 RESIDENTE NA RUA 14 DE AGOSTO, 141, TRIANGULO, CANDEIAS BAHIA CEP 43815-020, DECLARO QUE ESTA EMPRESA CUMPRE COM TODOS OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO EXIGIDOS NO EDITAL.

Candeias - Bahia, 20 de Janeiro 2025.

CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA
Alan Souza dos Nascimento
ADMINISTRADOR

14.374.003/0001-08
I.E 21.502.901
CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA- EPP
Rua 14 de Agosto,141-Triângulo
CEP:43.815-010
CANDEIAS - BA

CASA SANTANA
COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA.

Candeias - Bahia

À
Câmara de Vereadores de Candeias - BA.

Prezados Senhores,

EU ALAN SOUZA DO NASCIMENTO, SÓCIO ADMINISTRADOR DA EMPRESA CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA INSCRITA NO CNPJ 14.374.003/0001-08, PORTADOR DO CPF 044.04.755-22 RESIDENTE NA RUA 14 DE AGOSTO, 141, TRIANGULO, CANDEIAS BAHIA CEP 43815-020, DECLARO QUE ESTA EMPRESA NÃO POSSUI NO SEU QUADRO DE PESSOAL SERVIDOR OU DIRIGENTES DE ÓRGÃO OU ENTIDADE CONTRATANTE OU RESPONSÁVEL PELA LICITAÇÃO.

Candeias - Bahia, 20 de Janeiro 2025.

14.374.003/0001-08
I.E 21.502.901
CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA- EPP
Rua 14 de Agosto,141-Triângulo
CEP:43.815-010
CANDEIAS - BA

CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA
Alan Souza dos Nascimento
ADMINISTRADOR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
14.374.003/0001-08 MATRIZ		19/09/1977

NOME EMPRESARIAL
CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
CASA SANTANA	EPP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R DO TRIANGULO	141	CASA

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
43.815-010	SEDE	CANDEIAS	BA

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
TRIBUTARIO@BOMFIMNET.COM	(71) 3251-8050

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	02/04/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **20/01/2025** às **12:33:29** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 23/01/25
Assinatura/Cargo/Matrícula
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Camara Municipal de Candeias

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

CERTIDÃO ESTADUAL
CONCORDATA, FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL - 1º GRAU

CERTIDÃO Nº: 00684029E

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (https://portalcertidoes.tjba.jus.br/#/primeirograu).

CERTIFICO que, pesquisando os registros dos sistemas eletrônicos de distribuição de processos deste Estado da Bahia, anteriores à data de **22/01/2025**, verifiquei **NÃO CONSTAR** em nome da parte abaixo indicada:

Razão Social: CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP
CNPJ: 14.374.003/0001-08
Endereço: RUA DO TRIANGULO Nº 141 - CEP: 43.815-010 - SEDE - CANDEIAS - BAHIA

Esta certidão abrange as ações ativas de falência e recuperação judicial e extrajudicial, em que a pessoa pesquisada figure no pólo passivo, para as ações de falência e pólo ativo, para as ações de recuperação judicial / extrajudicial, com exceção dos processos em segredo de justiça.

Em caso de inconformidade, entrar em contato com a Seção de Certidões - SEDEC através do endereço eletrônico sedec@tjba.jus.br.

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário, tendo em vista que a base de dados pesquisada para a emissão desta certidão não possui conexão com nenhuma outra base de dados de outra instituição pública ou da Receita Federal.

Esta certidão é emitida sem custas e tem validade de 30 dias, a partir da sua data de emissão. Após este prazo, será necessária a emissão de nova certidão.

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 23/01/25
Assinatura/Cargo/Matrícula
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

Salvador/BA, quarta-feira, 22 de janeiro de 2025

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ: 14.374.003/0001-08

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:15:52 do dia 13/01/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 12/07/2025.
Código de controle da certidão: **E9BD.5DA9.3E95.A1FC**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 23/01/25

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS
SECRETARIA DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS

DADOS DO CONTRIBUINTE

Nome ou Razão Social : **CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA**

Inscrição CNPJ/CPF: **14.374.003/0001-08** Inscrição Municipal: **0012404**

Endereço: **RUA QUATORZE DE AGOSTO, Nº 141, TRIANGULO - CANDEIAS-BA, CEP: 43800-000**

CERTIFICA-SE QUE NÃO CONSTAM CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS NÃO ADIMPLIDOS, REGISTRADOS PARA ESTE CADASTRO ATÉ A PRESENTE DATA.

Ressalvado a Fazenda Pública Municipal o direito de cobrar e inscrever em Dívida Ativa, quaisquer outros débitos de responsabilidade do contribuinte acima qualificado, que vierem a ser apurados posteriormente.

Certidão emitida com fundamento no art. 298 da Lei nº 874/2013 - Código Tributário e de Rendas do Município do Candeias.

Esta certidão abrange somente a inscrição identificada acima.

CERTIDÃO EMITIDA EM : 21 de Janeiro de 2025

NÚMERO DA CERTIDÃO: 209

VALIDADE: 90 DIAS

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 23/01/25
Assinatura do Servidor
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

Código de controle de certidão: **305A8549**

Atenção: Qualquer rasura tornará o presente documento nulo.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 14.374.003/0001-08
Certidão nº: 3489030/2025
Expedição: 20/01/2025, às 11:01:40
Validade: 19/07/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **14.374.003/0001-08, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 23/01/25
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candelas

95

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DA FAZENDA

Emissão: 20/01/2025 11:00

Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: **20250400817**

RAZÃO SOCIAL	
CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
021.502.901	**14.374.003/0001-08**

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 20/01/2025, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIA OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO http://www.sefaz.ba.gov.br

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.

Data: 23/01/25

Assinatura

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

RelCertidaoNegativa.rpt

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 14.374.003/0001-08
Razão Social: ANTONIO PEREIRA DO NASCIMENTO
Endereço: RUA DO TRIANGULO 141 CASA / SEDE / CANDEIAS / BA / 43800-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:12/01/2025 a 10/02/2025

Certificação Número: 2025011200560182787171

Informação obtida em 20/01/2025 11:00:23

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 23/01/25
Assinatura/Carimbo/Matrícula
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Camara Municipal de Candeias

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 04 E CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA.

CNPJ/MF Nº 14.374.003/0001-08

ANTONIO PEREIRA DO NASCIMENTO, nacionalidade brasileira, casado sob o regime da comunhão total de bens, empresário, portador do CPF nº 065.588.875-68, Carteira de Identidade nº 80005578, SSP/Ba., residente e domiciliado na Rua 14 de Agosto, nº 141, Triângulo, Candeias, Bahia, Cep: 43.815-010;

ALAN SOUZA DO NASCIMENTO, nacionalidade brasileira, solteiro, nascido em 02/07/1989, empresário, portador do CPF nº 044.004.755-22, Carteira de Identidade nº 09.842.131-04, SSP/Ba., residente e domiciliado na Rua Quatorze de Agosto, nº 141, 2º andar, Triângulo, Candeias, Bahia, Cep: 43.815-020;

ANTONEI SOUZA DO NASCIMENTO, nacionalidade brasileira, solteiro, nascido em 09/09/1984, empresário, portador do CPF nº 017.466.035-93, Carteira de Identidade nº 08.331.858-53, SSP/Ba., residente e domiciliado na Rua Quatorze de Agosto, nº 141, 1º andar, Triângulo, Candeias, Bahia, Cep: 43.815-020;

Sócios da Sociedade Limitada de nome empresarial **CASA SANTANA COMÉRCIAL DE ALIMENTOS LTDA.**, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado da Bahia, sob NIRE nº 29204473793, com sede social na Rua do Triângulo, 141, Centro, Candeias/Ba., Cep: 43.815-010, devidamente inscrita no **CNPJ/MF nº 14.374.003/0001-08**, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual e Consolidação, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CESSÃO DE QUOTAS

CLÁUSULA PRIMEIRA. O sócio **ANTONIO PEREIRA DO NASCIMENTO**, que é possuidor de 5.000 (cinco mil) quotas de R$ 1,00 (hum real) cada uma, no valor total de **R$ 5.000,00** (Cinco mil reais) totalmente integralizado em moeda corrente no Pais, retira-se da sociedade cedendo e transferindo todas as suas quotas de capital da seguinte forma:

Para o sócio **ALAN SOUZA DO NASCIMENTO**, cede e transfere 2.500 (duas mil e quinhentas) quotas no valor de **R$ 2.500,00** (Dois mil e quinhentos reais), recebendo deste, esta importância, neste ato e em moeda corrente no Pais, dando as partes total e plena quitação; e para o sócio **ANTONEI SOUZA DO NASCIMENTO**, cede e transfere 2.500 (duas mil e quinhentas) quotas no valor de **R$ 2.500,00** (Dois mil e quinhentos reais), recebendo deste, esta importância, neste ato e em moeda corrente no Pais, dando as partes total e plena quitação.

Dessa forma o capital da sociedade fica inalterado em seu montante de **R$ 15.000,00** (Quinze mil reais) totalmente integralizado em moeda corrente no Pais, dividido em **15.000** (quinze mil) quotas de R$ 1,00 (hum real) cada uma, e assim distribuído entre os sócios:

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 23/01/25
Assinatura/Cargo/Matrícula
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

JUCEB
Certifico o Registro sob o nº 97743687 em 16/03/2018
Protocolo 189694050 de 07/03/2018
Nome da empresa CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA NIRE 29204473793
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 112934335786680
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/03/2018
por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 04 E CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA.
CNPJ/MF Nº 14.374.003/0001-08

ALAN SOUZA DO NASCIMENTO, com 7.500 (sete mil e quinhentas) quotas perfazendo um total de **R$ 7.500,00** (Sete mil e quinhentos reais);

ANTONEI SOUZA DO NASCIMENTO, com 7.500 (sete mil e quinhentas) quotas perfazendo um total de **R$ 7.500,00** (Sete mil e quinhentos reais);

Parágrafo Único: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, entretanto, respondem todos, solidariamente pela integralização do capital social.

ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

CLÁUSULA SEGUNDA. A administração da sociedade continua sendo exercida individualmente pelos sócios **ALAN SOUZA NASCIMENTO** e **ANTONEI SOUZA DO NASCIMENTO**, os quais, no uso de suas atribuições, representarão a sociedade em juízo ou fora dele, em negócios de exclusivo interesse aos objetivos sociais, cabendo-lhes a abertura de contas bancária, bem como sua movimentação, podendo para tanto, assinar contratos de qualquer natureza.

Parágrafo Primeiro: Para alienar ou onerar bens imóveis pela sociedade; nomear procuradores, prepostos, gestores; constituir ou destituir administradores não sócios para a sociedade, será necessária a assinatura de todos os sócios em conjunto.

Parágrafo Segundo: São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à sociedade, os atos de quaisquer dos quotistas, administradores, procuradores ou funcionários que envolvam em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como, fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros.

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA TERCEIRA. Os sócios administradores **ALAN SOUZA NASCIMENTO** e **ANTONEI SOUZA DO NASCIMENTO**, declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

CLÁUSULA QUARTA. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

Os sócios resolvem consolidar seu contrato social.

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 23 01 25
Assinatura/Carimbo/Matrícula
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2026
Câmara Municipal de Candeias

JUCEB
Certifico o Registro sob o nº 97743687 em 16/03/2018
Protocolo 189694050 de 07/03/2018
Nome da empresa CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA NIRE 29204473793
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 112934335786680
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/03/2018
por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 04 E CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA.
CNPJ/MF Nº 14.374.003/0001-08

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

ALAN SOUZA DO NASCIMENTO, nacionalidade brasileira, solteiro, nascido em 02/07/1989, empresário, portador do CPF nº 044.004.755-22, Carteira de Identidade nº 09.842.131-04, SSP/Ba., residente e domiciliado na Rua Quatorze de Agosto, nº 141, 2º andar, Triângulo, Candeias, Bahia, Cep: 43.815-020 e **ANTONEI SOUZA DO NASCIMENTO**, nacionalidade brasileira, solteiro, nascido em 09/09/1984, empresário, portador do CPF nº 017.466.035-93, Carteira de Identidade nº 08.331.858-53, SSP/Ba., residente e domiciliado na Rua Quatorze de Agosto, nº 141, 1º andar, Triângulo, Candeias, Bahia, Cep: 43.815-020, sócios da Sociedade Limitada de nome empresarial **CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA.**, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado da Bahia, sob NIRE nº 29204473793, com sede social na Rua do Triângulo, 141, Centro, Candeias/Ba., Cep: 43.815-010, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 14.374.003/0001-08, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual e Consolidação, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

DENOMINAÇÃO, SEDE, PRAZO DE DURAÇÃO E FILIAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA. A sociedade girará sob a denominação social de **CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA.**, com sede social na Rua do Triângulo, 141, Centro, Candeias/Ba., Cep: 43.815-010.

Parágrafo Primeiro: A sociedade iniciou suas atividades em 26/10/1981, sendo indeterminado o seu prazo de duração.

Parágrafo Segundo: A sociedade poderá abrir filiais, escritórios, em qualquer parte do território nacional.

OBJETIVO SOCIAL

CLÁUSULA SEGUNDA. A sociedade tem por objetivo social a exploração do ramo de comércio varejista de mercadorias, com predominância em produtos alimentícios, na forma de mercearia, classificada no **CNAE 4712-1/00.**

CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA TERCEIRA. O capital da sociedade é de **R$ 15.000,00** (Quinze mil reais) totalmente integralizado em moeda corrente no Pais, dividido em **15.000** (quinze mil) quotas de R$ 1,00 (hum real) cada uma, e assim distribuído entre os sócios:

ALAN SOUZA DO NASCIMENTO, com 7.500 (sete mil e quinhentas) quotas perfazendo um total de **R$ 7.500,00** (Sete mil e quinhentos reais);

ANTONEI SOUZA DO NASCIMENTO, com 7.500 (sete mil e quinhentas) quotas perfazendo um total de **R$ 7.500,00** (Sete mil e quinhentos reais);

Parágrafo Único: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, entretanto, respondem todos, solidariamente pela integralização do capital social.

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 23/01/25
Assinatura Eletrônica
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

JUCEB
Certifico o Registro sob o nº 97743687 em 16/03/2018
Protocolo 189694050 de 07/03/2018
Nome da empresa CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA NIRE 29204473793
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 112934335786680
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/03/2018
por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 04 E CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA.

CNPJ/MF Nº 14.374.003/0001-08

ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

CLÁUSULA QUARTA. A administração da sociedade é exercida individualmente pelos sócios **ALAN SOUZA NASCIMENTO** e **ANTONEI SOUZA DO NASCIMENTO**, os quais, no uso de suas atribuições, representarão a sociedade em juízo ou fora dele, em negócios de exclusivo interesse aos objetivos sociais, cabendo-lhes a abertura de contas bancária, bem como sua movimentação, podendo para tanto, assinar contratos de qualquer natureza.

Parágrafo Primeiro: Para alienar ou onerar bens imóveis pela sociedade; nomear procuradores, prepostos, gestores; constituir ou destituir administradores não sócios para a sociedade, será necessária a assinatura de todos os sócios em conjunto.

Parágrafo Segundo: São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à sociedade, os atos de quaisquer dos quotistas, administradores, procuradores ou funcionários que envolvam em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como, fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros.

DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA QUINTA. Os sócios administradores **ALAN SOUZA NASCIMENTO** e **ANTONEI SOUZA DO NASCIMENTO**, declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

RETIRADA DE PRÓ-LABORE

CLÁUSULA SEXTA. Os sócios administradores tem direito a uma retirada mensal a título de pró-labore, fixada consensualmente entre os sócios.

CESSÃO DE QUOTAS

CLÁUSULA SÉTIMA. Em caso de retirada de um dos sócios por **afastamento**, a sociedade não se dissolverá; O sócio remanescente pagará ao retirante, seus haveres na sociedade, corrigidos monetariamente por índices oficiais vigentes por lei à época para tal fim, celebrando alteração contratual para admissão de novos sócios.

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 23/01/25
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Camara Municipal de Candeias

JUCEB
Certifico o Registro sob o nº 97743687 em 16/03/2018
Protocolo 189694050 de 07/03/2018
Nome da empresa CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA NIRE 29204473793
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 112934335786680
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/03/2018
por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 04 E CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA.

CNPJ/MF Nº 14.374.003/0001-08

Parágrafo Primeiro: Em caso de **morte** de qualquer um dos sócios, a sociedade também não se dissolverá; O sócio remanescente pagará aos herdeiros ou legatários do "de cujos" através de instrumento de alteração contratual, todos seus haveres na sociedade de acordo com o respectivo inventário, testamento e/ou formal de partilha, com base no Balanço Patrimonial que será levantado na data do evento para tal fim, admitindo imediatamente os herdeiros, se capacitados estiverem, ou um representante legal capacitado a exercer as funções.

Parágrafo Segundo: As quotas são indivisíveis, inalienáveis e/ou impenhoráveis a terceiros estranhos à sociedade, não podendo ser cedidas ou transferidas. No caso de retirada de sócio por **cessão do controle de quotas**, o cessionário deverá notificar sua decisão por escrito, com antecedência de 90 (noventa) dias, cabendo aos sócios remanescentes o direito de preferência; e seus haveres lhe serão reembolsados na modalidade do caput desta cláusula.

Parágrafo Terceiro: A **retirada por afastamento** ou **cessão do controle de quotas**, não exime o ex-sócio da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, por até dois anos após averbada a resolução da sociedade; ou, em igual prazo, enquanto não se requer a averbação; Ocorrendo a retirada de sócio por **falecimento**, transfere-se a responsabilidade pelas obrigações sociais pelo mesmo prazo aos herdeiros do falecido.

Parágrafo Quarto: No caso dos sócios decidirem pela dissolução da sociedade, conforme o previsto no artigo 1.038, nomeará um **Liquidante**, que poderá ser sócio ou não, dando-lhe investidura para:

- Averbar instrumento de dissolução da sociedade;
- Arrecadar os bens, livros e documentos da sociedade, onde quer que estejam;
- Proceder à elaboração do inventário e do balanço geral do ativo e do passivo;
- Ultimar os negócios da sociedade, realizar o ativo, pagar o passivo e partilhar o remanescente entre os sócios;
- Exigir dos quotistas, quando insuficiente o ativo à solução do passivo, a integralização de suas quotas e, se for o caso, as quantias necessárias, nos limites da responsabilidade de cada um e proporcionalmente à respectiva participação nas perdas, repartindo-se, entre os sócios solventes e na mesma proporção, o devido pelo insolvente;
- Convocar reuniões dos quotistas, para apresentar relatório e balanço do estado da liquidação, prestando conta dos atos praticados;
- Finda a liquidação, apresentar aos sócios o relatório da liquidação e as suas contas finais;
- Averbar o instrumento firmado pelos sócios, que considerar encerrada a liquidação.

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA E/OU REUNIÕES

CLÁUSULA OITAVA. As assembleias só serão obrigatórias se o número dos sócios for superior a 10 (dez) membros, conforme o previsto no Artigo 1.072, § 1° da Lei 10.406 de 10/01/2002. Em caso da sociedade ter o número de membros limitado a 10 (dez) sócios, fica convencionado entre eles, em substituição às assembleias, a convocação de reuniões periódicas.

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 23/01/25
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

JUCEB
Certifico o Registro sob o nº 97743687 em 16/03/2018
Protocolo 189694050 de 07/03/2018
Nome da empresa CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA NIRE 29204473793
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 112934335786680
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/03/2018
por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 04 E CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA.

CNPJ/MF Nº 14.374.003/0001-08

EXERCÍCIO SOCIAL

CLÁUSULA NONA. O ano social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício e a ele correspondente, será levantado com observância das disposições da Lei Comercial, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.

NORMAS INTERNAS

CLÁUSULA DÉCIMA. Fica desde já tacitamente acordado que terão toda validade jurídica que a Lei lhes emprestar, todos os acordos, normas de serviços, regimento interno de caráter administrativo, assinado por todos os sócios, desde que não venham ferir cláusulas deste instrumento, casos em que serão nulas de fato e de direito.

DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. O lucro líquido ou os prejuízos verificados do exercício, deduzidas as provisões permitidas pela Legislação vigente, será rateado entre os sócios, na proporção de suas quotas ou contabilizado em reservas livres, se assim melhor convencionarem; podendo ainda, distribuir os lucros aos sócios, consolidado a cada mês.

FORO JURÍDICO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. As partes tem eleito o foro da comarca do município de Candeias, Estado da Bahia, como único competente, para dirimir lides, controvérsias e litígios oriundos do presente instrumento, com a exclusão de qualquer outro que possa vir a ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento.

Salvador/Ba., 15 de fevereiro de 2018.

Tabelionato de Notas Candeias- BA

ALAN SOUZA NASCIMENTO

Tabelionato de Notas Candeias- BA

ANTONEI SOUZA DO NASCIMENTO

Tabelionato de Notas Candeias- BA

ANTONIO PEREIRA DO NASCIMENTO

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 23/01/25
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias
Req: 81800000149783

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE CANDEIAS - BA | (71) 3605-0653 | CNPJ: 27.123.826/0001-02
Tabelionato de Notas e Protesto de Candeias
Rua do Paese, 101 - Centro - Tel.(71)360-0653
Reconheço por Semelhança 3003 firma(s) de:
ANTONEI SOUZA DO NASCIMENTO, ALAN SOUZA DO NASCIMENTO, ANTONIO PEREIRA DO NASCIMENTO
Emol. R$ 6,18 Taxa: R$ 6,72 Total: R$ 12,90
Selo(s): 1466.AB211283-9 1466.AB211284-7 1466.AB211285-5
Em Testemunho da verdade
Marcelo Aguiar - Escrevente Autorizado
CANDEIAS - BA 23/01/2025

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1466.AB211283-9

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1466.AB211284-7

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1466.AB211285-5

JUCEB
Certifico o Registro sob o nº 97743687 em 16/03/2018
Protocolo 189694050 de 07/03/2018
Nome da empresa CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA NIRE 29204473793
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 112934335786680
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/03/2018
por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

103

189694050

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	**CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA**
PROTOCOLO	**189694050 - 07/03/2018**
ATO	**002 - ALTERAÇÃO**
EVENTO	**021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)**

MATRIZ

NIRE 29204473793
CNPJ 14.374.003/0001-08
CERTIFICO O REGISTRO EM 16/03/2018

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO

ESTADO DA BAHIA
PER ARDUA SURGO
BRASIL

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 23/01/25
Assinatura/Carimbo/Matrícula
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

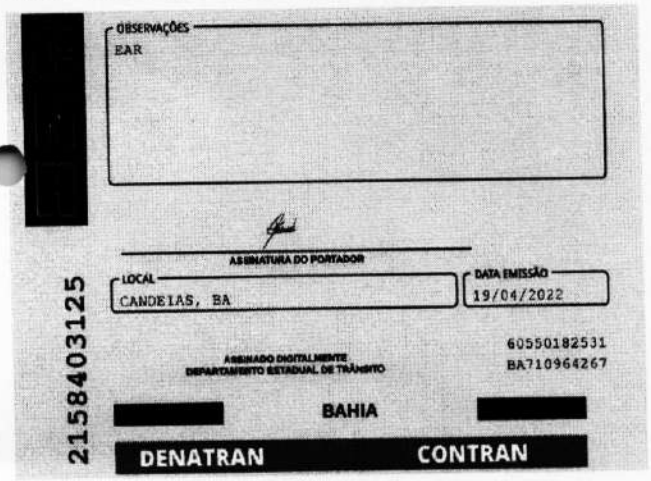
HÉLIO PORTELA RAMOS
Secretário Geral

1

Junta Comercial do Estado da Bahia 16/03/2018
Certifico o Registro sob o nº 97743687 em 16/03/2018
Protocolo 189694050 de 07/03/2018
Nome da empresa CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA NIRE 29204473793
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 112934335786680
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/03/2018
por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

104





QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.

Data: 23/01/25

Assinatura/Cargo/Matrícula

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

13612254/0001-02
CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
AV. DOS TRÊS PODERES S/Nº
OURO NEGRO - CEP 43805 - 190
CANDEIAS - Ba

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os fins de licitações Públicas e a quem possa interessar que a empresa **CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua do Triangulo, Nº 141 - Casa, CEP 43.815-010, Candeias – Ba, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 14.374.003/0001-08, **EXECUTOU DE FORMA SATISFATÓRIA O CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 007/2023 com a CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS / BA,** pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 13.612.254/0001-02.

OBJETO DO CONTRATO:

Contratação de empresa para fornecimento de material de consumo e gêneros alimentícios de forma parcelada, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Candeias, conforme descrições, especificações e quantidades constantes no termo de referência.

PRAZO DE VIGÊNCIA:

O prazo de vigência do contrato é de 18/02/2023 a 31/12/2023.

LOTE I – GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS
1	CX	40	ACHOCOLATADO 1.000 ML C/ 12 UND.
2	FD	40	AÇÚCAR - OBTIDO DA CANA DE ACUCAR, TIPO CRISTAL, COM ASPECTO COR, CHEIRO PROPRIOS, SABOR DOCE, COM TEOR DE SACAROSE MINIMO DE 99,3%P/P E UMIDADE MAXIMA DE 0,3%P/P, SEM FERMENTAÇÃO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, MATERIAIS TERROSOS EDETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO ATOXICO, CONTENDO 30X1KG
3	CX	20	ADOÇANTE DIETÉTICO, FRASCO COM 200 ML, ASPECTO LÍQUIDO LÍMPIDO TRANSPARENTE, INGREDIENTES SACARINA SÓDICA, COM BICO DOSADOR. C/12 UND
4	CX	50	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO - TIPO ROSQUINHA DE COCO, COMPOSICAO BASICA FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL, SAL, ACUCAR E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS.350 GR CX 24X01
5	CX	50	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO - DO TIPO MAIZENA, COMPOSICAO BASICA FARINHA DE TRIGO, AMIDO DE MILHO, SAL REFINADO, ACUCAR, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, EMBALAGEM PRIMARIA DE PLASTICO RESITENTE, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS 350 GR 24X01
6	CX	50	BISCOITO COM SAL - TIPO CREAM CRACKER, COMPOSICAO BASICA AROMATIZADO ARTIFICIALMENTE, FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, SAL, C/ GLUTEN, EXTRATO DE MALTE E FERMENTO BIOLOGICO 350 GR CX 24X01
7	FD	100	CAFÉ MOIDO 20X250 GR

Carlos Augusto Guedes Ferreira
Diretor Administrativo
Decreto 002/2023
Câmara Municipal de Candeias

ESTADO DA BAHIA

Câmara Municipal de Candeias

Região Metropolitana

8	CX	20	MARGARINA - COM SAL, DE PRIMEIRA, ACONDICIONADA EM POTE PLASTICO, ATOXICO. CX C 12 UND 500G
9	CX	300	CHA - CAPIM CIDREIRA, CONSTITUIDO DE FRUTOS MADUROS INTEIROS DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS TOSTADOS E PARTIDOS, DE COR VERDE CINZA PARDACENTA, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACHE, EMBALADO EM CAIXA DE PAPEL CARTAO.CONTENDO 15 SACHES CADA CAIXA
10	CX	300	CHA - DE MACA COM CANELA, CONSTITUIDO DE CAPITULOS FLORAIS, FOLHAS NOVAS, BROTOS, CASCA, DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS DESSECADOS, LIGEIRAMENTE TOSTADOS E PARTIDOS, DE COR VERMELHA PARDACENTA, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACHE, EMBALADO EM CAIXA DE PAPEL CARTAO.CONTENDO 15 SACHES CADA CAIXA
11	CX	300	CHA - DE CAMOMILA, CONSTITUIDO DE CAPITULOS FLORAIS, FOLHAS NOVAS, BROTOS, CASCA, DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS DESSECADOS, LIGEIRAMENTE TOSTADOS E PARTIDOS, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACHE, EMBALADO EM CAIXA DE PAPEL CARTAO.CONTENDO 15 SACHES CADA CAIXA
12	FRASCO	50	MISTURA CAFE COM LEITE - EM PÓTE, TIPO CAPUCCINO, CONTENDO LEITE EM PO, CAFE SOLUVEL, CHOCOLATE EM PO, CANELA. FRASCO 400 GRAMA
13	FD	70	LEITE EM PÓ 50X200 GR
14	CX	50	LEITE LIQUIDO 12X1.000 ML
15	PCT	250	POLPA DE FRUTAS 20X100 GR
16	CX	15	REFRESCO EM PÓ 15X35 GR
17	PCT	70	REFRIGERANTE 6X2 LITROS
18	CX	70	REFRIGERANTE LATA 12X350 ML
19	UND.	80	IORGURTE (DE 01 LITRO) SABOR MORANGO
20	UND.	100	IORGURTE (DE 01 LITRO) SABOR COCO
21	UND.	100	IORGURTE (DE 01 LITRO) SABOR AMEIXA
22	UND.	60	SUCO CONCENTRADO - SABOR DE CAJU, BENZOATO DE SODIO E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, INTEGRAL, SEM ÁGUA, SEM ACUCAR, FRUTAS FRESCAS E SELECIONADAS. GARRAFA 500ML
23	UND.	60	SUCO CONCENTRADO - SABOR DE MARACUJA, BENZOATO DE SODIO E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, INTEGRAL, SEM ÁGUA, SEM ACUCAR, FRUTAS FRESCAS E SELECIONADAS. GARRAFA 500ML
24	UND.	60	BEBIDA LACTEA SABOR MORANGO (EMBALAGEM 1KG)

Carlos Augusto Guedes Ferreira
Diretor Administrativo
Decreto 002/2023
Câmara Municipal de Candeias

13612254/0001-02
CAMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
AV DOS TRÊS PODERES, S/Nº
OURO NEGRO - CEP. 43805 - 190
CANDEIAS - Ba

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

LOTE II – MATERIAL DE CONSUMO DESCARTAVEIS

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS
1	CX	20	COLHER DESCARTAVEL C/20X50 UND
2	CX	70	COPO DESCARTAVEL 200 ML C/25X100 UND
3	CX	70	COPO DESCARTAVEL 300 ML C/20X100 UND
4	CX	70	COPO DESCARTAVEL 50 ML C/50X100 UND
5	CX	20	FACA DESCARTAVEL C/20X50 UND
6	CX	20	GARFO DESCARTAVEL C/20X50 UND
7	UND	20	GARRAFA TERMICA - TIPO COMUM, REVESTIMENTO EM INOX, TIPO PRESSAO, COM ALCA, PARA CAFE, COM CAPACIDADE PARA 1 LITRO
8	UND	10	GARRAFA TERMICA - DE MESA, COM REVESTIMENTO DE INOX, AMPOLA DE VIDRO TEMPERADO, DE PRESSAO, PARA CAFE E CHA, COM CAPACIDADE PARA 2,5 LITROS, INOX
9	UND	20	GARRAFA TERMICA - DE MESA, COM REVESTIMENTO DE INOX, AMPOLA DE VIDRO TEMPERADO, DE PRESSAO, PARA CAFE E CHA, COM CAPACIDADE PARA 2 LITROS, INOX
10	FD	20	GUARDANAPOS C/40 PCT
11	UND	50	PANO DE PRATO
12	PCT	70	PAPEL TOALHA 12X02 ROLOS
13	CX	10	PRATO DESCARTAVEL GRANDE C/25X10 UND
14	CX	10	PRATO DESCARTAVEL MÉDIO C/50X10 UND

LOCAL DE FORNECIMENTO:

No prédio Sede da Câmara Municipal de Candeias – Bahia.

Candeias - BA, 03 de outubro de 2023.

Carlos Augusto Guedes Ferreiras
Diretor Administrativo

13612254/0001-02
CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
AV. DOS TRÊS PODERES, S/Nº
OURO NEGRO - CEP. 43805 - 190
CANDEIAS - Ba

Carlos Augusto Guedes Ferreira
Diretor Administrativo
Decreto 002/2023
Câmara Municipal de Candeias

M&M COMERCIAL

PESQUISA DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL - COMERCIAL DE ALIMENTOS MERCANTIL MM LTDA
ENDEREÇO: ROD BA 522, nº 10983, Candeias - BA, CEP 43.813-300
C.N.P.J. - 05.513.902/0001-45
TELEFONE: 75-3243-4141

A CAMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
SEGUE ABAIXO NOSSA PROPOSTA COMERCIAL.

OBJETO: CONTRATAR DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E DESCARTAVEIS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS.

GENEROS ALIMENTICIOS

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA	V. UNITARIO	V. TOTAL
1	CX	25	ACHOCOLATADO 1.000 ML C/ 12 UND.	IBITURUNA	R$ 128,00	R$ 3.200,00
2	FD	10	AÇÚCAR - OBTIDO DA CANA DE ACUCAR, TIPO CRISTAL, COM ASPECTO COR, CHEIRO PROPRIOS, SABOR DOCE, COM TEOR DE SACAROSE MINIMO DE 99,3%P/P E UMIDADE MAXIMA DE 0,3%P/P, SEM FERMENTAÇÃO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, MATERIAIS TERROSOS E DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO ATOXICO, CONTENDO 30X1KG	CORURIPE	R$ 170,00	R$ 1.700,00
3	CX	20	ADOÇANTE DIETÉTICO, FRASCO COM 200 ML, ASPECTO LÍQUIDO LÍMPIDO TRANSPARENTE, INGREDIENTES SACARINA SÓDICA, COM BICO DOSADOR. C/12 UND	ZEROCAL	R$ 128,00	R$ 2.560,00
4	CX	20	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO - TIPO ROSQUINHA DE COCO, COMPOSICAO BASICA FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL, SAL, ACUCAR E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS.350GR CX 20X01	RANCHEIRO	R$ 129,00	R$ 2.580,00
5	CX	20	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO - DO TIPO MAIZENA, COMPOSICAO BASICA FARINHA DE TRIGO,AMIDO DE MILHO, SAL REFINADO, ACUCAR,	FORTALEZA	R$ 140,00	R$ 2.800,00

			GORDURA VEGETAL HIDROGENADA E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, EMBALAGEM PRIMARIA DE PLASTICO RESITENTE, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS 350GR 24X01			
6	CX	25	BISCOITO COM SAL - TIPO CREAM CRACKER, COMPOSICAO BASICA AROMATIZADO ARTIFICIALMENTE, FARIMHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, SAL, C/ GLUTEN, EXTRATO DE MALTE E FERMENTO BIOLOGICO 350GR CX 24X01	FORTALEZA	R$ 138,00	R$ 3.450,00
7	FD	40	CAFÉ MOIDO 20X250 GR	MELITA	R$ 305,00	R$ 12.200,00
8	CX	15	MARGARINA - COM SAL, DE PRIMEIRA, ACONDICIONADA EM POTE PLASTICO, ATOXICO. CX C 12 UND 500G	QUALY	R$ 90,00	R$ 1.350,00
9	CX	50	CHA - CAPIM CIDREIRA, CONSTITUIDO DE FRUTOS MADUROS INTEIROS DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS TOSTADOS E PARTIDOS, DE COR VERDE CINZA PARDACENTA, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACHE, EMBALADO EM CAIXA DE PAPEL CARTAO.CONTENDO 15 SACHES CADA CAIXA	DR OTKER	8,99	R$ 449,50
10	CX	50	CHA - DE MACA COM CANELA, CONSTITUIDO DE CAPITULOS FLORAIS, FOLHAS NOVAS, BROTOS, CASCA, DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS DESSECADOS, LIGEIRAMENTE TOSTADOS E PARTIDOS, DE COR VERMELHA PARDACENTA, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACHE, EMBALADO EM CAIXA DE PAPEL CARTAO.CONTENDO 15	DR OTKER	8,99	R$ 449,50

			SACHES CADA CAIXA			
11	CX	50	CHA - DE CAMOMILA, CONSTITUIDO DE CAPITULOS FLORAIS, FOLHAS NOVAS, BROTOS, CASCA, DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS DESSECADOS, LIGEIRAMENTE TOSTADOS E PARTIDOS, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACHE, EMBALADO EM CAIXA DE PAPEL CARTAO.CONTENDO 15 SACHES CADA CAIXA	DR OTKER	8,99	R$ 449,50
12	FD	50	LEITE EM PÓ 50X200 GR	CCGL	R$ 440,00	R$ 22.000,00
13	CX	20	LEITE LIQUIDO 12X1.000 ML	NATVILLE	R$ 64,00	R$ 1.280,00
14	PCT	40	POLPA DE FRUTAS 20X100 GR	DOCEMEL	R$ 30,00	R$ 1.200,00
15	CX	10	REFRESCO EM PÓ 15X35 GR	FRISCO	R$ 39,00	R$ 390,00
16	PCT	30	REFRIGERANTE 6X2 LITROS	ANTARTICA	R$ 47,00	R$ 1.410,00
17	CX	20	REFRIGERANTE LATA 12X350 ML	ANTARTICA	R$ 39,00	R$ 780,00
18	UND.	50	IORGURTE (DE 900 ML) SABOR MORANGO	NESTLE	R$ 17,00	R$ 850,00
19	UND.	50	IORGURTE (DE 900 ML) SABOR COCO	NESTLE	R$ 17,00	R$ 850,00
20	UND.	50	IORGURTE (DE 900 ML) SABOR AMEIXA	NESTLE	R$ 17,00	R$ 850,00
21	UND.	50	SUCO NECTAR - SABOR DE UVA, BENZOATO DE SODIO E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, 40% SUCO, AGUA,AÇUCAR, ACIDULANTE ÁCIDO CITRICO, AROMA NATURAL E ANTIOXIDANTE E ACIDO ASCORBICO, SEM GLÚTEM.GARRAFA 1LT.	DELVALLE	R$ 15,00	R$ 750,00
22	UND.	50	SUCO NECTAR - SABOR DE LARANJA, BENZOATO DE SODIO E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, 40% SUCO, AGUA,AÇUCAR, ACIDULANTE ÁCIDO CITRICO, AROMA NATURAL E ANTIOXIDANTE E ACIDO ASCORBICO, SEM GLÚTEM.GARRAFA 1LT.	DELVALLE	R$ 15,00	R$ 750,00
VALOR GLOBAL						**R$ 62.298,50**

M&M COMERCIAL

111

VALOR EM R$ 62.298,50
VALIDADE DA PROPOSTA: 60 SESSENTA DIAS
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: MENSAL.

candeias, 17 DE JANEIRO 2025.

FABIANA DE JESUS SOUZA
RESPONSAVEL

MERCANTIL MM LTDA – CNPJ :05.513.902/0001-45 / INSCR: 059.120.382-ME
ROD BA 522. BA 522, Nº 10983, CEP 43813-300, CANDEIAS BA
E-MAIL:admmmalimentos@gmail.com

SUPER Carro Cheio

O CARRO FORTE DA SUA ECONOMIA

RAZÃO SOCIAL – CARRO CHEIO ALIMENTOS LTDA ME
ENDEREÇO: RUA MARECHAL DEODORO, N 293 – SANTO ANTONIO – CANDEIAS - CEP: 43.820-010.
C.N.P.J. – 32.198.070/0001-92
RESPONSÁVEL: RAFAELA MOREIRA DE SANTANA DOS SANTOS TELEFONE: (71) – 9.9723-0180
E-MAIL: ADMCARROCHEIO@GMAIL.COM
À
Câmara de Vereadores de Candeias - BA.
Segue a nossa proposta de preço para objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E DESCARTÁVEIS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS.

GENEROS ALIMENTICIOS

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA	V. UNITARIO	V. TOTAL
1	CX	10	ACHOCOLATADO 1.000 ML C/ 12 UND.	ITALAC	R$ 128,00	R$ 1.280,00
2	FD	10	AÇÚCAR - OBTIDO DA CANA DE ACUCAR, TIPO CRISTAL, COM ASPECTO COR, CHEIRO PROPRIOS, SABOR DOCE, COM TEOR DE SACAROSE MINIMO DE 99,3%P/P E UMIDADE MAXIMA DE 0,3%P/P, SEM FERMENTAÇÃO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, MATERIAIS TERROSOS E DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO ATOXICO, CONTENDO 30X1KG	CORURIPE	R$ 168,00	R$ 1.680,00
3	CX	8	ADOÇANTE DIETÉTICO, FRASCO COM 200 ML, ASPECTO LÍQUIDO LÍMPIDO TRANSPARENTE, INGREDIENTES SACARINA SÓDICA, COM BICO DOSADOR. C/12 UND	ZEROCAL	R$ 131,00	R$ 1.048,00
4	CX	10	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO - TIPO ROSQUINHA DE COCO, COMPOSICAO BASICA FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL, SAL, ACUCAR E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS.350GR CX 20X01	FORTALEZA	R$ 129,00	R$ 1.290,00
5	CX	10	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO - DO TIPO MAIZENA, COMPOSICAO BASICA FARINHA DE TRIGO,AMIDO DE MILHO, SAL REFINADO, ACUCAR, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, EMBALAGEM PRIMARIA DE PLASTICO RESITENTE, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS 350GR 24X01	FORTALEZA	R$ 145,00	R$ 1.450,00
6	CX	10	BISCOITO COM SAL - TIPO CREAM CRACKER, COMPOSICAO BASICA AROMATIZADO ARTIFICIALMENTE, FARIMHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, SAL, C/ GLUTEN, EXTRATO DE MALTE E FERMENTO BIOLOGICO 350GR CX 24X01	FORTALEZA	R$ 129,00	R$ 1.290,00
7	FD	30	CAFÉ MOIDO 20X250 GR	MELITA	R$ 299,00	R$ 8.970,00

SUPER Carro Cheio

O CARRO FORTE DA SUA ECONOMIA

8	CX	6	MARGARINA - COM SAL, DE PRIMEIRA, ACONDICIONADA EM POTE PLASTICO, ATOXICO. CX C 12 UND 500G	DORIANA	R$ 75,00	R$	450,00
9	CX	40	CHA - CAPIM CIDREIRA, CONSTITUIDO DE FRUTOS MADUROS INTEIROS DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS TOSTADOS E PARTIDOS, DE COR VERDE CINZA PARDACENTA, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACHE, EMBALADO EM CAIXA DE PAPEL CARTAO.CONTENDO 15 SACHES CADA CAIXA	DR OTKER	8,99	R$	359,60
10	CX	40	CHA - DE MACA COM CANELA, CONSTITUIDO DE CAPITULOS FLORAIS, FOLHAS NOVAS, BROTOS, CASCA, DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS DESSECADOS, LIGEIRAMENTE TOSTADOS E PARTIDOS, DE COR VERMELHA PARDACENTA, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACHE, EMBALADO EM CAIXA DE PAPEL CARTAO.CONTENDO 15 SACHES CADA CAIXA	DR OTKER	8,99	R$	359,60
11	CX	40	CHA - DE CAMOMILA, CONSTITUIDO DE CAPITULOS FLORAIS, FOLHAS NOVAS, BROTOS, CASCA, DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS DESSECADOS, LIGEIRAMENTE TOSTADOS E PARTIDOS, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACHE, EMBALADO EM CAIXA DE PAPEL CARTAO.CONTENDO 15 SACHES CADA CAIXA	DR OTKER	8,99	R$	359,60
12	FD	45	LEITE EM PÓ 50X200 GR	ITAMBE	R$ 447,00	R$	20.115,00
13	CX	17	LEITE LIQUIDO 12X1.000 ML	PIRACANJUBA	R$ 75,00	R$	1.275,00
14	PCT	40	POLPA DE FRUTAS 20X100 GR	BRASFRUT	R$ 32,00	R$	1.280,00

SUPER Carro Cheio

O CARRO FORTE DA SUA ECONOMIA

15	CX	4	REFRESCO EM PÓ 15X35 GR	MARATA	R$ 40,15	R$	160,60
16	PCT	20	REFRIGERANTE 6X2 LITROS	ANTARTICA	R$ 50,00	R$	1.000,00
17	CX	17	REFRIGERANTE LATA 12X350 ML	ANTARTICA	R$ 40,00	R$	680,00
18	UND.	20	IORGURTE (DE 900 ML) SABOR MORANGO	FRUTAP	R$ 17,00	R$	340,00
19	UND.	20	IORGURTE (DE 900 ML) SABOR COCO	FRUTAP	R$ 17,00	R$	340,00
20	UND.	20	IORGURTE (DE 900 ML) SABOR AMEIXA	FRUTAP	R$ 17,00	R$	340,00
21	UND.	15	SUCO NECTAR - SABOR DE UVA, BENZOATO DE SODIO E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, 40% SUCO, AGUA,AÇUCAR, ACIDULANTE ÁCIDO CITRICO, AROMA NATURAL E ANTIOXIDANTE E ACIDO ASCORBICO, SEM GLÚTEM.GARRAFA 1LT.	MARATA	R$ 14,00	R$	210,00
22	UND.	15	SUCO NECTAR - SABOR DE LARANJA, BENZOATO DE SODIO E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, 40% SUCO, AGUA,AÇUCAR, ACIDULANTE ÁCIDO CITRICO, AROMA NATURAL E ANTIOXIDANTE E ACIDO ASCORBICO, SEM GLÚTEM.GARRAFA 1LT.	MARATA	R$ 14,00	R$	210,00
	CX	40	COPO DESCARTAVEL 200 ML C/25X100 UND	COPOBRAS	R$ 157,00	R$	6.280,00
	CX	30	COPO DESCARTAVEL 300 ML C/20X100 UND	COPOBRAS	R$ 243,00	R$	7.290,00
	CX	30	COPO DESCARTAVEL 50 ML C/50X100 UND	COPOBRAS	R$ 151,00	R$	4.530,00
VALOR GLOBAL						R$	62.587,40

VALOR EM R$ 62.587,40 (SESSENTA E DOIS MIL E QUINHENTOS E OITENTA E SETE REAIS E QUARENTA CENTAVOS)
VALIDADE DA PROPOSTA: 60 SESSENTA DIAS
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: MENSAL.
CANDEIAS, 18 DE JANEIRO 2025.

CARRO CHEIO ALIMENTOS LTDA
CNPJ 32.198.070/0001-92 INSCR: 153.919.877 ME
RAFAELA MOREIRA DE SANTANA DOS SANTOS
RG: 9252596199 - CPF: 015.571.345-02

32.198.070/0001-92
CARRO CHEIO ALIMENTOS LTDA
RUA MARECHAL DEODORO ,Nº 293
SANTO ANTÔNIO- CEP: 43.820.010
CANDEIAS - BA

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA .....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

Ao Sr.
Rosana de Souza Silva
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Candeias.
Assunto: Fornecimento de gêneros alimentícios diversos, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Candeias - BA.

Prezados,

Apraz em cumprimentá-lo, vimos, por conduto da presente missiva, solicitar autorização para a abertura de processo administrativo para a contratação de fornecimento de gêneros alimentícios diversos, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Candeias - BA.

Cumpre-nos informar, por derradeiro, que segue em anexo Documento de Formalização de Demanda – DFD, Termo de Referência e Pesquisa de Preços atinentes ao objeto em comento.

Sem mais para o momento, renovo votos de estima e consideração.

Candeias, Bahia, em 23 de janeiro de 2025.

Everaldo Silva Aragão Filho
Diretoria Administrativa

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA
.....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

Ao
Ilustríssimo Senhor
Rosivaldo Freitas
Presidente da Comissão da Contratação
Referência: Fornecimento de gêneros alimentícios diversos, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Candeias - BA.

Prezado,

Em resposta ao ofício expedido pela unidade demandante, solicitando a prestação dos serviços em epígrafe, AUTORIZO ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO e determino o encaminhamento à Comissão da Contratação para demais providências administrativas - autuação e numeração rubricada das páginas do Documento de Formalização de Demanda e documentos inclusos, com anexação de capa, para fins de formalização.

Após autuação, determino o envio do processo, nessa ordem, para os seguintes setores:

1) Comissão da Contratação, para que emita de parecer técnico;
2) Setor de Contabilidade, para informar acerca da disponibilidade orçamentária e financeira;
3) Procuradoria Jurídica, para emissão de parecer jurídico;

Ultimadas tais providências, retornem os autos ao Gabinete para deliberação.

Candeias, Bahia, 23 de janeiro de 2025.

Rosana de Souza Silva
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Candeias

197

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 003/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO: 001/2025

JUSTIFICATIVA DA DISPENSA: Conforme consignado no Documento de Formalização de Demanda, a contratação em vértice justifica-se em virtude das seguintes razões:

> A Câmara Municipal de Candeias – BA necessita adquirir gêneros alimentícios. Alguns gêneros alimentícios também são estendidos aos funcionários durante o exercício de suas funções no serviço público.
>
> A aquisição se faz necessária para atender as demandas mensais e ordinárias.
>
> Assim, considerando que a Administração pública tem por finalidade básica planejar e executar políticas na Gestão com especial atenção aos seus setores, visando o bem comum de interesse social, e por não possuir armazenamento de produtos e nem abastecimento próprio, vem primordialmente pela necessidade de escolha, buscar meios que viabilizem a aquisição de Gêneros Alimentícios para suprir as demandas das ações promovidas pela Entidade e atender as requisições de todos os setores que compõem sua organicidade estrutural administrativa, destinadas a dar continuidade a realização de ações que constituem área de sua competência legal.

Assim, tendo em conta tal necessidade, indispensável se faz a formalização de novo contrato, com vistas a satisfazer os anseios da Administração, bem como de todos os cidadãos.

DA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA E AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO: Em relação ao documento de formalização de demanda e a

118

autorização da autoridade competente para abertura de processo de contratação, verifica-se as devidas formalizações encartadas nos autos do processo em epígrafe.

DA RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO: Em análise dos presentes autos, observamos que foi realizada pesquisa de mercado, através da qual a empresa **CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.374.003/0001-08, apresentou o menor valor, na ordem de **R$ 61.803,00 (sessenta e um mil oitocentos e três reais)**, sendo, por essa razão, a escolhida como a eventual contratada.

DA JUSTIFICATIVA DOS PREÇOS: Para o processo em análise foi realizada pesquisa de mercado junto a três fornecedores, atendendo, assim, preceito do artigo 72, inciso VII, da Lei Federal 14.133/2021.

PARECER TÉCNICO DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO: Face ao atendimento de todos os pré-requisitos legais exigidos no artigo 72 e seus incisos, entendemos que há no presente o atendimento dos requisitos formais para a contratação. Sendo assim, entendemos que não há impedimento de ordem legal para o acolhimento da postulada dispensa de licitação.

Candeias, Bahia, 23 de janeiro de 2025

Rosivaldo Freitas
Presidente da Comissão de Contratação.

Creonice Santos Silva e Silva
Membro

Frederico Custodio da Silva
Membro

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA .....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

Da: Comissão de Contratação
Para: Contabilidade

Processo administrativo: 003/2025.
Dispensa nº 001/2025
Assunto: Informação sobre compatibilidade de previsão de recursos orçamentários para o fornecimento de gêneros alimentícios diversos, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Candeias - BA.

Prezado Senhor,

Em estrita observância ao art. 72, inciso IV, da Lei Federal 14.133/2021, solicitamos do contábil a demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, indicando os recursos orçamentários para a satisfação de tal demanda.

Caso exista previsão, favor indicar a fonte do recurso correspondente a reserva no valor de R$ 61.803,00 (sessenta e um mil oitocentos e três reais).

Atenciosamente,

Rosivaldo Freitas
Presidente da Comissão de Contratação.

Creonice Santos Silva e Silva
Membro

Frederico Custodio da Silva
Membro

120

PARECER CONTÁBIL

Da: Contabilidade
Para: Comissão de Contratação
Assunto: Resposta ao Processo Administrativo n° 003/2025.

Senhor,

Em resposta à solicitação formulada por vossa senhoria a respeito da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários, informamos acerca da existência de dotação orçamentária para custear despesas relativas ao fornecimento de gêneros alimentícios diversos, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Candeias - BA.

Por essa razão, tenho a informar-lhe que:

a) Há previsão orçamentária para o valor da contratação e a mesma encontra-se reservada;

b) A Dotação orçamentária pela qual correrá aludida despesa é

UNIDADE: 101 - CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEAIS
PROJETO / ATIVIDADES: 2002 - GESTÃO DAS AÇÕES LEGISLATIVAS
ELEMENTO DA DESPESA: 3390.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO;

Por fim, retornem os autos a Comissão de Contratação para as demais providências.

Jean Carlos Souza Ferreira
Financeiro

ESTADO DA BAHIA

CAMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS

Despesa Orçamentária - Demonstrativo

JANEIRO/2025

Especificação	Dotação Inicial	Crédito		Dotação Atualizada	Empenhos		Liquidações		Pagamentos		Saldos	
		Adição	Anulação		No Mês	Acumulado	No Mês	Acumulado	No Mês	Acumulado	A Pagar	Disponível
0100 - CÂMARA MUNICIPAL	**36.900.000,00**	**0,00**	**0,00**	**36.900.000,00**	**26.690.363,79**	**26.690.363,79**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**26.690.363,79**	**10.209.636,21**
0101 - CÂMARA MUNICIPAL	**36.900.000,00**	**0,00**	**0,00**	**36.900.000,00**	**26.690.363,79**	**26.690.363,79**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**26.690.363,79**	**10.209.636,21**
1001-AMPLIAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL	**160.000,00**	**0,00**	**0,00**	**160.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**160.000,00**
33903900 15000000-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
44905100 15000000-Obras e Instalações	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
44905200 15000000-Equipamentos e Material Permanente	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
2002-GESTÃO DAS AÇOES DO PODER LEGISLATIVO	**9.903.000,00**	**0,00**	**0,00**	**9.903.000,00**	**2.290.363,79**	**2.290.363,79**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.290.363,79**	**7.612.636,21**
31900400 15000000-Contratação Por Tempo Determinado	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
31901100 15000000-Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	328.000,00	0,00	0,00	328.000,00	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	28.000,00
31901300 15000000-Obrigações Patronais	67.000,00	0,00	0,00	67.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67.000,00
31909400 15000000-Indenizações e Restituições Trabalhistas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
33901400 15000000-Diárias - Civil	41.000,00	0,00	0,00	41.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.000,00
33903000 15000000-Material de Consumo	855.000,00	0,00	0,00	855.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	855.000,00
33903300 15000000-Passagens e Despesas Com Locomoção	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
33903400 15000000-Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
33903500 15000000-Serviços de Consultoria	1.270.000,00	0,00	0,00	1.270.000,00	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	1.120.000,00
33903600 15000000-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
33903900 15000000-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	6.586.000,00	0,00	0,00	6.586.000,00	1.840.363,79	1.840.363,79	0,00	0,00	0,00	0,00	1.840.363,79	4.745.636,21
33904000 15000000-Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
33909100 15000000-Sentenças Judiciais	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
33909200 15000000-Despesas de Exercícios Anteriores	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
33909300 15000000-Indenizações e Restituições	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
44905200 15000000-Equipamentos e Material Permanente	458.000,00	0,00	0,00	458.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	458.000,00
2003-GESTÃO DO PLENÁRIO	**26.837.000,00**	**0,00**	**0,00**	**26.837.000,00**	**24.400.000,00**	**24.400.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**24.400.000,00**	**2.437.000,00**
31901100 15000000-Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	22.051.000,00	0,00	0,00	22.051.000,00	22.000.000,00	22.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000.000,00	51.000,00
31901300 15000000-Obrigações Patronais	4.747.000,00	0,00	0,00	4.747.000,00	2.400.000,00	2.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.400.000,00	2.347.000,00
33901400 15000000-Diárias - Civil	39.000,00	0,00	0,00	39.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.000,00
Total Geral:	**36.900.000,00**	**0,00**	**0,00**	**36.900.000,00**	**26.690.363,79**	**26.690.363,79**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**26.690.363,79**	**10.209.636,21**

122

Candeias - BA, 23 de janeiro de 2025.

Do(a): Agente de Contratação
Para: Procuradoria Jurídica e/ou Assessoria Jurídica.

Processo Administrativo: 003/2025.
Assunto: Solicitação de opinativo para exame de conformidade acerca da contratação veiculada no caderno administrativo.

Em conformidade com Lei Federal 14.133/2021, precisamente em seu artigo 72, inciso III, solicito que seja previamente examinada a solicitação para contratação através de dispensa de licitação, e que seja elaborado parecer jurídico para que o mesmo transcorra dentro dos trâmites legais e lisura administrativa.

Informamos que foi utilizado como fundamentação legal para esse processo de dispensa de licitação o artigo 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021.

Caso entenda possível a formalização do ajuste, favor encaminhar parecer jurídico favorável para que a autoridade superior autorize a contratação e proceda com a devida publicidade, nos termos do artigo 72, parágrafo único, da Lei Federal 14.133/2021.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para renovar meus sinceros votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Rosivaldo Freitas
Presidente da Comissão de Contratação.

Creonice Santos Silva e Silva
Membro

Frederico Custodio da Silva
Membro

123

CONTRATO N° 003/ 2025.

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram a Câmara Municipal de Candeias/BA e a CASA SANTANA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, nos termos abaixo aduzidos:

PREÂMBULO:

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CANDEIAS, com sede administrativa na Av. dos Três Poderes S/nº, CEP 43.800-00, na cidade de Candeias/Estado Bahia, inscrito no CNPJ sob o nº 13.612.254/0001-02, neste ato representada pela Presidente, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro lado da avença a empresa CASA SANTANA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 14.374.003/0001-08, com endereço na rua do Triangulo, nº 141, Sede – Candeias -Bahia – Cep: 43.815-010, neste ato representada pelo senhora Alan Souza do Nascimento, portador do RG nº 09.842.131-04 e do CPF nº 044.004.755-22, com endereço na rua do Triangulo, nº 141, Sede – Candeias -Bahia – Cep: 43.820-010, doravante denominada CONTRATADO, celebram o presente **CONTRATO DE FORNECIMENTO**, mediante as **cláusulas** e **condições** que seguem:

FUNDAMENTO DO CONTRATO: Este contrato decorre do Processo Administrativo n° 003/2025, fundamentado em dispensa de licitação, tombada sob o nº 001/2025, na forma do disposto no artigo 75, II, da Lei n° 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 Constitui objeto do presente contrato o Fornecimento de gêneros alimentícios diversos, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Candeias - BA.

1.2 Segue abaixo o detalhamento do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT	V. UNIT	V. TOTAL
01	ACHOCOLATADO 1.000 ML C/ 12 UND.	CX	25	R$	R$
02	AÇÚCAR - OBTIDO DA CANA DE ACUCAR, TIPO CRISTAL, COM	FD	10	R$	R$

VISTO
PROJUR

	ASPECTO COR, CHEIRO PROPRIOS, SABOR DOCE, COM TEOR DE SACAROSE MINIMO DE 99,3%P/P E UMIDADE MAXIMA DE 0,3%P/P, SEM FERMENTAÇÃO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, MATERIAIS TERROSOS E DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO ATOXICO, CONTENDO 30X1KG				
03	ADOÇANTE DIETÉTICO, FRASCO COM 200 ML, ASPECTO LÍQUIDO LÍMPIDO TRANSPARENTE, INGREDIENTES SACARINA SÓDICA, COM BICO DOSADOR. C/12 UND	CX	20	R$	R$
04	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO - TIPO ROSQUINHA DE COCO, COMPOSICAO BASICA FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL, SAL, ACUCAR E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS.350GR CX 20X01	CX	20	R$	R$
05	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO - DO TIPO MAIZENA, COMPOSICAO BASICA FARINHA DE TRIGO,AMIDO DE MILHO, SAL REFINADO, ACUCAR, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, EMBALAGEM PRIMARIA DE PLASTICO RESITENTE, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS 350GR 24X01	CX	20	R$	R$
06	BISCOITO COM SAL - TIPO CREAM CRACKER, COMPOSICAO BASICA AROMATIZADO ARTIFICIALMENTE, FARIMHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, SAL, C/ GLUTEN, EXTRATO DE MALTE E FERMENTO BIOLOGICO 350GR CX 24X01	CX	25	R$	R$

VISTO
PROJUR

07	CAFÉ MOIDO 20X250 GR	FD	40	R$	R$
08	MARGARINA - COM SAL, DE PRIMEIRA, ACONDICIONADA EM POTE PLASTICO, ATOXICO. CX C 12 UND 500G	CX	15	R$	R$
09	CHA - CAPIM CIDREIRA, CONSTITUIDO DE FRUTOS MADUROS INTEIROS DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS TOSTADOS E PARTIDOS, DE COR VERDE CINZA PARDACENTA, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACHE, EMBALADO EM CAIXA DE PAPEL CARTAO.CONTENDO 15 SACHES CADA CAIXA	CX	50	R$	R$
10	CHA - DE MACA COM CANELA, CONSTITUIDO DE CAPITULOS FLORAIS, FOLHAS NOVAS, BROTOS, CASCA, DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS DESSECADOS, LIGEIRAMENTE TOSTADOS E PARTIDOS, DE COR VERMELHA PARDACENTA, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACHE, EMBALADO EM CAIXA DE PAPEL CARTAO.CONTENDO 15 SACHES CADA CAIXA	CX	50	R$	R$
11	CHA - DE CAMOMILA, CONSTITUIDO DE CAPITULOS FLORAIS, FOLHAS NOVAS, BROTOS, CASCA, DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS DESSECADOS, LIGEIRAMENTE TOSTADOS E PARTIDOS, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR	CX	50	R$	R$

VISTO
PROJUR

	PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACHE, EMBALADO EM CAIXA DE PAPEL CARTAO.CONTENDO 15 SACHES CADA CAIXA				
12	LEITE EM PÓ 50X200 GR	FD	50	R$	R$
13	LEITE LIQUIDO 12X1.000 ML	CX	20	R$	R$
14	POLPA DE FRUTAS 20X100 GR	PCT	40	R$	R$
15	REFRESCO EM PÓ 15X35 GR	CX	10	R$	R$
16	REFRIGERANTE 6X2 LITROS	PCT	30	R$	R$
17	REFRIGERANTE LATA 12X350 ML	CX	20	R$	R$
18	IORGURTE (DE 900 ML) SABOR MORANGO	UND.	50	R$	R$
19	IORGURTE (DE 900 ML) SABOR COCO	UND.	50	R$	R$
20	IORGURTE (DE 900 ML) SABOR AMEIXA	UND.	50	R$	R$
21	SUCO NECTAR - SABOR DE UVA, BENZOATO DE SODIO E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, 40% SUCO, AGUA,AÇUCAR, ACIDULANTE ÁCIDO CITRICO, AROMA NATURAL E ANTIOXIDANTE E ACIDO ASCORBICO, SEM GLÚTEM.GARRAFA 1LT.	UND.	50	R$	R$
22	SUCO NECTAR - SABOR DE LARANJA, BENZOATO DE SODIO E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, 40% SUCO, AGUA,AÇUCAR, ACIDULANTE ÁCIDO CITRICO, AROMA NATURAL E ANTIOXIDANTE E ACIDO ASCORBICO, SEM GLÚTEM.GARRAFA 1LT.	UND.	50	R$	R$
TOTAL					

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES.

2.1 A **CONTRATADA** obriga-se a:

2.1.1 A CONTRATADA deverá executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito

VISTO
PROJUR

127

cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste documento e na proposta;

2.1.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

2.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou qualquer outro beneficiário, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

2.1.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

2.1.5 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante;

2.1.6 A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, juntamente com a fatura relativa à prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

2.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

2.1.8 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

2.1.9 Responsabilizar-se pelos eventuais danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e o acompanhamento dos fiscais do contratante;

2.1.10 Cumprir as exigências das autoridades públicas;

2.1.11 Manter, durante toda a exceção do contrato, em conformidade com as obrigações

VISTO
PROJUR

assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

2.2. A **CONTRATANTE** obriga-se a:

2.2.1. A CONTRATANTE deverá exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

2.2.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

2.2.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

2.2.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

2.2.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber;

2.2.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

2.2.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;

2.2.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

2.2.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

2.2.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

2.2.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

2.2.8. Cientificar o órgão de representação judicial desta instituição para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

2.2.9. Arquivar, dentre outros documentos, orçamentos, termos de recebimento, aditamentos, relatórios e notificações expedidas.

VISTO
PROJUR

129

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO E EVENTUAL REAJUSTE.

3.1. O valor abrange todas as despesas e custos da CONTRATADA, direta ou indiretamente relacionadas com o objeto contratual, **incluindo** as despesas com alimentação, transporte, hospedagem, e todo o material necessário para impressão de documentos, quando da(s) visita(s) técnica(s) presenciai(s) ao órgão.

3.2. O pagamento será efetuado após a protocolização da Nota Fiscal/Fatura que deverá ser atestada pelo o fiscalizador competente. Na data da apresentação da fatura o contratado deverá estar de posse, em plena vigência, da CND de INSS, da CRF de FGTS, da CNDT, além das certidões de tributos estadual, municipal e federal, sob pena de não pagamento.

3.2.1. Havendo erro na fatura ou descumprimento das condições pactuadas, no todo ou em parte, a tramitação da fatura será suspensa para que a CONTRATADA adote as providências necessárias à sua correção. Passará a ser considerado, para efeito de pagamento, a data de reapresentação da fatura, devidamente corrigida.

3.2.2. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajuste de preço.

3.3. Os materiais a serem utilizados para realização dos serviços ora contratados, também serão custeados pela CONTRATADA, estando, desta forma, inserido no percentual do parágrafo anterior.

3.4. O termo contratual poderá durante o seu prazo de execução, caso ocorra uma das situações previstas no art. 124, da Lei 14.133/2021, e em seus incisos e parágrafos, ser alterado, mediante justificativa e autorização da autoridade competente, através de termo de aditamento, cujo extrato deverá, para ter eficácia, ser publicado em órgão de imprensa oficial.

3.5. Os reajustamentos de preços do objeto a ser contratado, quando e se for o caso, serão efetuados e calculados de acordo com as disposições específicas vigentes, editadas pelo Governo Federal, com aplicação do IPCA.

3.6. Ocorrendo reajustamento de preços, autorizado pela Administração, os mesmos serão reajustados pela variação do porcentual resultante da diferença do preço fixado para o dia de apresentação da proposta e o dia da entrada em vigor do novo preço, aplicando-se sobre o preço proposto.

3.7. A empresa a ser contratada deverá apresentar documento oficial comprovando o reajuste, acompanhado de requerimento.

3.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação

VISTO
PROJUR

financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
I = (TX) I =
(6 / 100) I = 0,00016438
365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

4. CLÁUSULA QUARTA – DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO

4.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação, no todo ou em parte.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.1. A vigência deste Contrato será de 04 (quatro) meses, a contar do dia 24 de janeiro de 2025, até o dia 24 de abril de 2025, podendo, entretanto, ser prorrogada se presentes os requisitos exigidos pelo art. 111 da Lei 14.133/2021.

6. CLÁUSULA SEXTA – ALOCAÇÃO DE RECURSOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE: 101 - CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEAIS
PROJETO / ATIVIDADES: 2002 - GESTÃO DAS AÇÕES LEGISLATIVAS
ELEMENTO DA DESPESA: 3390.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO

6.2. Na hipótese de necessidade de reforço de empenho para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato, poderá o saldo orçamentário ser reforçado, conforme art. 60, § 2º, da Lei nº. 4.320/64.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1. Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo CONTRATANTE, respeitado o devido processo legal, e sem que assista à contratada direito a qualquer indenização, nas seguintes hipóteses:

a) Inadimplemento pela contratada de quaisquer das cláusulas e condições aqui estabelecidas;

b) Atraso no cumprimento da "ordem de serviço";

c) Alteração social ou modificação da finalidade da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

VISTO
PROJUR

131

d) Falência, ou insolvência civil, liquidação judicial ou extrajudicial, requeridas ou decretadas;

e) Cessão total ou parcial deste contrato e dos créditos dele decorrentes, sem prévia e escrita autorização do contratante;

7.2. Rescindido o contrato, por quaisquer destes motivos, a contratada terá direito, apenas, ao pagamento, dos serviços efetivamente executados, considerando os resultados auferidos.

7.3. Ficará o presente contrato rescindido, de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo das sanções cabíveis nos casos enumerados nos arts. 155 e 156 da Lei n.º 14.133/2021.

7.4. Na hipótese de rescisão unilateral pela CONTRATANTE, sem que a CONTRATADA tenha concorrido para este fim, serão devidos os valores ajustados a título de honorários advocatícios pela execução do contrato até a data de extinção, em razão não inferior a 10% (dez inteiros percentuais) daqueles previstos na cláusula quarta.

7.5. A CONTRATADA ainda fará jus a percepção de honorários decorrentes das medidas judiciais patrocinadas pela CONTRATADA que resultarem no recebimento de valores e/ou direitos, sendo fixado seu valor nos percentuais mínimos definidos no art. 85, § 3º, do Código de Processo Civil.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES

8.1. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como qualquer dano causado à CONTRATANTE ou a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.2. A CONTRATADA declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, contribuições fiscais, para-fiscais, emolumentos, encargos sociais e todas as despesas incidentes sobre a compra do material, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

8.3. A CONTRATADA responderá por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações na execução dos serviços, salvo na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, sem que haja culpa da CONTRATADA, devidamente apurados na forma da legislação vigente, quando comunicados à CONTRATANTE no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas da ocorrência, ou por ordem expressa e escrita da CONTRATANTE.

8.4. Ficando comprovado, depois do negócio realizado e antes da entrega do objeto que a CONTRATADA acresceu indevidamente a seus preços valores correspondentes a quaisquer tributos, encargos, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais não incidentes sobre a compra efetuada, tais valores serão imediatamente excluídos, com o reembolso do valor que porventura tenha sido pago à CONTRATADA.

VISTO
PROJUR

8.5. A CONTRATANTE colocará à disposição da CONTRATADA, às suas custas, todos os documentos, servidores, equipamentos, programas e material necessário à execução dos serviços.

9. CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. A CONTRATADA sujeitar-se-á, no caso de inadimplemento de suas obrigações, às seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, se for o caso, de acordo com a Lei 14.133/21, em sua atual redação, apurado em processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório constitucional:

a) Advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido.
b) Multas de até:
b1) 0,20% (vinte décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso no prazo contratual, até o trigésimo dia, ou nos prazos parciais das Ordens de Fornecimentos, limitadas a 20% do valor da fatura;
b2) 0,40% (quarenta décimos por cento) do valor deste contrato, por dia de atraso superior a 06 (seis) meses, limitadas a 20% do valor da fatura;
b3) multa de até 30% (trinta por cento) em caso de descumprimento das normas desse contrato.
c) A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% do valor atualizado do contrato, sem prejuízos da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual;
d) Impedimento de licitar e contratar com a Administração do Ente Federativo Contratante, por prazo não superior a 03 (três) anos.
f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos).
g) O valor de cada multa será atualizado monetariamente, caso haja fator de reajustamento de preços vigente no mês em que cessar o motivo que lhe deu origem.
h) As multas previstas na alínea "b" poderão, a critério da Administração, serem aplicadas isoladas ou conjuntamente com outras sanções, a depender do grau da infração cometida pelo adjudicatário.
i) Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis ou serem deduzidas do valor correspondente ao valor do serviço, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério do Ente Contratante.
j) Os danos e prejuízos serão ressarcidos à contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação administrativa à contratada, sob pena de multa.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO E VINCULAÇÃO

10.1. O contratante providenciará a divulgação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e do seu extrato em sítio eletrônico oficial, certificado digitalmente por autoridade certificadora, no qual o contratante divulga de forma

VISTO
PROJUR

11.9. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

11.10. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

11.11. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

11.12. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

11.13. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

11.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais.

11.15. Conforme determinação do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, o presente contrato será acompanhado e fiscalizado pelo servidor designado pela Administração, o Sr.(a) Fabiana de Jesus Sales, Decreto nº004/2025, exercente do Fiscal do Contrato, que deverá receber cópia deste contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

12.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

12.2. No prazo de até 05 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

12.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

VISTO
PROJUR

135

12.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

12.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações de caráter técnico da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

12.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

12.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

12.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

12.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

12.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

12.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

12.4. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, servidor ou comissão designada pela autoridade competente, deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços em conformidade com as exigências contratuais, obedecendo as seguintes diretrizes:

12.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da

VISTO
PROJUR

f36

despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

12.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

12.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

12.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

12.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

13.1. As prerrogativas do contratante reger-se-ão pela disciplina do CAPÍTULO IV do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO

14.1. A extinção do contrato reger-se-á pela disciplina dos CAPÍTULOS VIII e XII do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

14.2.1. não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

14.2.2. desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

14.2.3. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

14.2.4. decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

14.2.5. caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VISTO
PROJUR

14.2.6. razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

14.2.7. não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

14.3. A extinção do contrato poderá ser:

14.3.1. determinada por ato unilateral e escrito do contratante, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

14.3.2. consensual, por acordo entre os contratantes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse do contratante;

14.3.3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA NULIDADE

15.1. Constatada irregularidade na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o CAPÍTULO XI do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do CAPÍTULO VII do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

16.2.1. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e em demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Candeias, Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução do contrato que não possam ser compostos pela utilização dos

VISTO
PROJUR

meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, observado o CAPÍTULO XII do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o instrumento de contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contratantes.

Candeias (BA), XX de janeiro de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS Rosana de Souza Silva CONTRATANTE	CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP Alan Souza do Nascimento CONTRATADA

Testemunhas

Nome: CPF:	Nome: CPF:

VISTO
PROJUR

139

Processo Administrativo nº 003/2025
Dispensa de Licitação nº 001/2025
Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios diversos, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Candeias - BA.
Assunto: Análise acerca da viabilidade jurídica.

PARECER JURÍDICO

DIREITO ADMINISTRATIVO. DISPENSA DE LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DIRETA DE EMPRESA VOLVIDA AO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS - BA. CONTRATAÇÃO ANÔMALA EM RAZÃO DO VALOR. LEI 14.133/21, ART. 75, INCISO II. POSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS E JUSTIFICATIVAS.

1. RELATÓRIO

Os autos aportam nesta Procuradoria Geral com o fito de que seja confeccionado opinativo acerca da higidez jurídica Processo Administrativo em referência, condutor da Dispensa de Licitação tombada sob o nº 001/2025, cujo objeto é fornecimento de gêneros alimentícios diversos, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Candeias - BA.

Assim sendo, de posse do caderno processual, passar-se-á, agora, incontinente, à análise acerca da viabilidade de formatação do aludido ajuste.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Ab initio, cumpre-nos ressalta que o exame da matéria posta em debate restringe-se aos seus aspectos exclusivamente jurídicos, excluídos da análise qualquer questão técnica ou econômica, notadamente quanto à conveniência e oportunidade inerentes a qualquer acordo/ajuste, devendo a autoridade competente se municiar de todas as cautelas para que os

140

atos do processo sejam prestados apenas por quem de direito.

A emissão deste parecer não significa endosso ao mérito administrativo, tendo em vista que é relativo à área jurídica, não adentrando à competência técnica da Administração, em atendimento à recomendação da Consultoria-Geral da União, por meio das Boas Práticas Consultivas – BCP nº 07, qual seja:

> O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto.

Pois bem. Dito isto, passemos à análise.

A matéria *in casu* está disciplinada pelo art. 75, inc. II, da Lei nº 14.133/2021, que assim menciona:

> Art. 75. É dispensável a licitação:
>
> I - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 100.000,00 (cem mil reais) [1], no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;
>
> II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)[2], no caso de outros serviços e compras;

O parágrafo primeiro do mesmo artigo serve, por intuitivamente lógico, para integralizar a norma erigida ao norte, de modo que a contratação anômala encarece exegese conjunta, notadamente porque a aferição dos valores deve, necessariamente, perpassar pelo somatório do dispêndio levado a efeito pela respectiva unidade gestora, no exercício financeiro, e o exame da natureza dos objetos, consoante infere-se da leitura do aludido fragmento, senão

[1] Valor atualizado de acordo com Decreto nº 12.343, de 30 de dezembro de 2025, que atualmente está na ordem de R$ 125.451,15 (cento e vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta e um reais e quinze centavos).

[2] Valor atualizado de acordo com Decreto nº 12.343, de 30 de dezembro de 2025, que atualmente está na ordem de R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

141

vejamos:

> § 1° Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:
>
> I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;
>
> II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

Com efeito, a legislação de regência, com fulcro nos princípios da economicidade e da eficiência administrativa, erige como hipótese de dispensa de prélio seletivo as contratações de serviços de natureza diversa de engenharia e de compras cujo valor seja inferior a R$62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos)[3], desde que contextualizada a dispensa.

A nosso ver, a circunstância que se arvora no presente casuísmo amolda-se, objetiva e perfeitamente, à hipótese contida na dicção da norma supramencionada, de modo a autorizar a encarecida contratação.

Passando à análise dos requisitos formais atinentes ao tema, pôde ser verificado que o aviso de dispensa vai ser adotado pela Administração, o qual respeita o prazo mínimo de três dias úteis para a apresentação das propostas e demais documentos, bem como traz em seu bojo a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, satisfazendo, assim, os predicados estabelecidos pelo art. 75, §3°, da Lei n° 14.133/21.

Já no que respeita à minuta contratual, temos que preenche, indene de dúvidas, os predicados encarecidos pela legislação de regência.

Das recomendações.

[3] Valor atualizado de acordo com o Decreto n° 12.343, de 30 de dezembro de 2025.

Nos autos, deverão estar presentes os elementos de escolha do fornecedor, a justificativa do preço, na forma do art. 72, VI e VII da Lei 14.133/2021. Os preços devem aderir à realidade do mercado, cuja extensão não se limita, necessariamente, aos extremos do Município Contratante e a justificativa do dimensionamento.

Ademais, é de perspícua relevância que seja examinada a documentação comprobatória da habilitação jurídica, consultada a regularidade fiscal da contratada quando da assinatura do contrato, observando-se, outrossim, o prazo de validade das aludidas certidões, conforme exigência pela Lei 14.133/2021 e, para além disso, sejam exaradas todas as certidões aludidas no §4°, do artigo 91, do indigitado diploma normativo.

Por fim, cumpre assoviar, por oportuno e necessário, que o instituto da dispensa de licitação deve ser utilizado de modo a atender ao Princípio da Unidade Orçamentária, e desde que respeitado, de igual modo, o Princípio da Anualidade, mesmo que as respectivas requisições sejam oriundas de Secretarias diferentes. Diante disso, recomendo firme exame acerca do respeito aos antecitados vetores axiológicos, notadamente para que se proscreva eventuais fracionamentos indevido.

Por oportuno, registre-se, ainda, que, após a contratação direta, ressoa imprescindível a publicação do extrato do contrato.

3. Conclusão

Ante o exposto, desde que atendidas as condições e recomendações infra, opina-se pela possibilidade jurídica de contratação direta por dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II, da Lei nº 14.133/21.

É o parecer. S.M.J.

Candeias, Bahia, 23 de janeiro de 2025.

Juno Barbosa Leite
Procurador do Município
Decreto n.º 15/2025

143

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°003/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO N°001/2025

À vista dos elementos contidos no presente Processo, devidamente justificado, CONSIDERANDO a manifestação do Comissão de Contratação, que prevê a indicação de DISPENSA DE LICITAÇÃO em conformidade ao disposto no art. 72 e art.75, inciso II, da Lei n° 14.133/2021, CONSIDERANDO que o PARECER JURIDICO atesta que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII, da Lei n° 14.133/2021, **AUTORIZO A DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2025.**

Autorizo, em consequência, a proceder-se à contratação nos termos do parecer exarado pelo Comissão de Contratação, conforme abaixo descrito:

Objeto a ser contratado:	Fornecimento de gêneros alimentícios diversos, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Candeias - BA.
Contratada:	CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA CNPJ n° 14.374.003/0001-08
Prazo de Vigência:	04 (quatro) meses
Valor Total:	R$ 61.803,00 (sessenta e um mil oitocentos e três reais)
Fundamento Legal:	Art. 75, inc. II, da Lei 14.133/2021.

Justificativa colacionada aos autos do processo de Dispensa de Licitação n° 001/2025.

Determino, ainda, que se leve a efeito, em no máximo 10 (dez) dias, a publicidade encarecida pelas normas de regência, em especial atenção, inclusive, à dicção do parágrafo único do

144

artigo 72, da Lei Federal nº 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial e no PNCP.

Candeias - BA, 24 de janeiro de 2025.

Rosana de Souza Silva
Presidente da Câmara Municipal de Candeias

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA .....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

CONTRATO N° 003/ 2025.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS/BA E A CASA SANTANA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, NOS TERMOS ABAIXO ADUZIDOS:

PREÂMBULO:

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CANDEIAS, com sede administrativa na Av. dos Três Poderes S/nº, CEP 43.800-00, na cidade de Candeias/Estado Bahia, inscrito no CNPJ sob o nº 13.612.254/0001-02, neste ato representada pela Presidente, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro lado da avença a empresa CASA SANTANA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 14.374.003/0001-08, com endereço na rua do Triangulo, nº 141, Sede – Candeias -Bahia – Cep: 43.815-010, neste ato representada pelo senhor Alan Souza do Nascimento, portador do RG nº 09.842.131-04 e do CPF nº 044.004.755-22, com endereço na rua do Triangulo, nº 141, Sede – Candeias -Bahia – Cep: 43.820-010, doravante denominada CONTRATADO, celebram o presente **CONTRATO DE FORNECIMENTO**, mediante as **cláusulas** e **condições** que seguem:

FUNDAMENTO DO CONTRATO: Este contrato decorre do Processo Administrativo n° 003/2025, fundamentado em dispensa de licitação, tombada sob o nº 001/2025, na forma do disposto no artigo 75, II, da Lei n° 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 Constitui objeto do presente contrato o Fornecimento de gêneros alimentícios diversos, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Candeias - BA.

1.2 Segue abaixo o detalhamento do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT	V. UNIT	V. TOTAL
01	ACHOCOLATADO 1.000 ML C/ 12 UND.	CX	25	R$130,00	R$ 3.250,00
02	AÇÚCAR - OBTIDO DA CANA	FD	10	R$170,00	R$ 1.700,00

	DE ACUCAR, TIPO CRISTAL, COM ASPECTO COR, CHEIRO PROPRIOS, SABOR DOCE, COM TEOR DE SACAROSE MINIMO DE 99,3%P/P E UMIDADE MAXIMA DE 0,3%P/P, SEM FERMENTAÇÃO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, MATERIAIS TERROSOS E DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO ATOXICO, CONTENDO 30X1KG				
03	ADOÇANTE DIETÉTICO, FRASCO COM 200 ML, ASPECTO LÍQUIDO LÍMPIDO TRANSPARENTE, INGREDIENTES SACARINA SÓDICA, COM BICO DOSADOR. C/12 UND	CX	20	R$126,00	R$2.520,00
04	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO - TIPO ROSQUINHA DE COCO, COMPOSICAO BASICA FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL, SAL, ACUCAR E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS.350GR CX 20X01	CX	20	R$130,00	R$ 2.600,00
05	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO - DO TIPO MAIZENA, COMPOSICAO BASICA FARINHA DE TRIGO,AMIDO DE MILHO, SAL REFINADO, ACUCAR, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, EMBALAGEM PRIMARIA DE PLASTICO RESITENTE, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS 350GR 24X01	CX	20	R$140,00	R$ 2.800,00
06	BISCOITO COM SAL - TIPO CREAM CRACKER,	CX	25	R$135,00	R$ 3.375,00

147

	COMPOSICAO BASICA AROMATIZADO ARTIFICIALMENTE, FARIMHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, SAL, C/ GLUTEN, EXTRATO DE MALTE E FERMENTO BIOLOGICO 350GR CX 24X01				
07	CAFÉ MOIDO 20X250 GR	FD	40	R$300,00	R$ 12.000,00
08	MARGARINA - COM SAL, DE PRIMEIRA, ACONDICIONADA EM POTE PLASTICO, ATOXICO. CX C 12 UND 500G	CX	15	R$85,00	R$1.275,00
09	CHA - CAPIM CIDREIRA, CONSTITUIDO DE FRUTOS MADUROS INTEIROS DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS TOSTADOS E PARTIDOS, DE COR VERDE CINZA PARDACENTA, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACHE, EMBALADO EM CAIXA DE PAPEL CARTAO.CONTENDO 15 SACHES CADA CAIXA	CX	50	R$7,99	R$ 399,50
10	CHA - DE MACA COM CANELA, CONSTITUIDO DE CAPITULOS FLORAIS, FOLHAS NOVAS, BROTOS, CASCA, DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS DESSECADOS, LIGEIRAMENTE TOSTADOS E PARTIDOS, DE COR VERMELHA PARDACENTA, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACHE, EMBALADO EM CAIXA DE PAPEL	CX	50	R$7,99	R$ 399,50

	CARTAO.CONTENDO 15 SACHES CADA CAIXA				
11	CHA - DE CAMOMILA, CONSTITUIDO DE CAPITULOS FLORAIS, FOLHAS NOVAS, BROTOS, CASCA, DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS DESSECADOS, LIGEIRAMENTE TOSTADOS E PARTIDOS, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACHE, EMBALADO EM CAIXA DE PAPEL CARTAO.CONTENDO 15 SACHES CADA CAIXA	CX	50	R$7,99	R$ 399,50
12	LEITE EM PÓ 50X200 GR	FD	50	R$440,00	R$ 22.000,00
13	LEITE LIQUIDO 12X1.000 ML	CX	20	R$65,00	R$ 1.300,00
14	POLPA DE FRUTAS 20X100 GR	PCT	40	R$30,00	R$1.200,00
15	REFRESCO EM PÓ 15X35 GR	CX	10	R$40,15	R$ 401,50
16	REFRIGERANTE 6X2 LITROS	PCT	30	R$48,60	R$ 1.458,00
17	REFRIGERANTE LATA 12X350 ML	CX	20	R$40,00	R$ 800,00
18	IORGURTE (DE 900 ML) SABOR MORANGO	UND.	50	R$15,50	R$ 775,00
19	IORGURTE (DE 900 ML) SABOR COCO	UND.	50	R$15,50	R$ 775,00
20	IORGURTE (DE 900 ML) SABOR AMEIXA	UND.	50	R$15,50	R$ 775,00
21	SUCO NECTAR - SABOR DE UVA, BENZOATO DE SODIO E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, 40% SUCO, AGUA,AÇUCAR, ACIDULANTE ÁCIDO CITRICO, AROMA NATURAL E ANTIOXIDANTE E ACIDO ASCORBICO, SEM GLÚTEM.GARRAFA 1LT.	UND.	50	R$16,00	R$ 800,00
22	SUCO NECTAR - SABOR DE LARANJA, BENZOATO DE SODIO E OUTRAS SUBSTANCIAS	UND.	50	R$16,00	R$ 800,00

	PERMITIDAS, 40% SUCO, AGUA,AÇUCAR, ACIDULANTE ÁCIDO CITRICO, AROMA NATURAL E ANTIOXIDANTE E ACIDO ASCORBICO, SEM GLÚTEM.GARRAFA 1LT.				
TOTAL				R$ 61.803,00	

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES.

2.1 A **CONTRATADA** obriga-se a:

2.1.1 A CONTRATADA deverá executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste documento e na proposta;

2.1.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

2.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou qualquer outro beneficiário, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

2.1.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

2.1.5 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante;

2.1.6 A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, juntamente com a fatura relativa à prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

2.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as

demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

2.1.8 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

2.1.9 Responsabilizar-se pelos eventuais danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e o acompanhamento dos fiscais do contratante;

2.1.10 Cumprir as exigências das autoridades públicas;

2.1.11 Manter, durante toda a exceção do contrato, em conformidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

2.2. A **CONTRATANTE** obriga-se a:

2.2.1. A CONTRATANTE deverá exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

2.2.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

2.2.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

2.2.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

2.2.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber;

2.2.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

2.2.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;

2.2.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

2.2.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

2.2.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

2.2.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

2.2.8. Cientificar o órgão de representação judicial desta instituição para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

2.2.9. Arquivar, dentre outros documentos, orçamentos, termos de recebimento, aditamentos, relatórios e notificações expedidas.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO E EVENTUAL REAJUSTE.

3.1. O valor abrange todas as despesas e custos da CONTRATADA, direta ou indiretamente relacionadas com o objeto contratual, **incluindo** as despesas com alimentação, transporte, hospedagem, e todo o material necessário para impressão de documentos, quando da(s) visita(s) técnica(s) presenciai(s) ao órgão.

3.2. O pagamento será efetuado após a protocolização da Nota Fiscal/Fatura que deverá ser atestada pelo o fiscalizador competente. Na data da apresentação da fatura o contratado deverá estar de posse, em plena vigência, da CND de INSS, da CRF de FGTS, da CNDT, além das certidões de tributos estadual, municipal e federal, sob pena de não pagamento.

3.2.1. Havendo erro na fatura ou descumprimento das condições pactuadas, no todo ou em parte, a tramitação da fatura será suspensa para que a CONTRATADA adote as providências necessárias à sua correção. Passará a ser considerado, para efeito de pagamento, a data de reapresentação da fatura, devidamente corrigida.

3.2.2. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajuste de preço.

3.3. Os materiais a serem utilizados para realização dos serviços ora contratados, também serão custeados pela CONTRATADA, estando, desta forma, inserido no percentual do parágrafo anterior.

3.4. O termo contratual poderá durante o seu prazo de execução, caso ocorra uma das situações previstas no art. 124, da Lei 14.133/2021, e em seus incisos e parágrafos, ser alterado, mediante justificativa e autorização da autoridade competente, através de termo de aditamento, cujo extrato deverá, para ter eficácia, ser publicado em órgão de imprensa oficial.

3.5. Os reajustamentos de preços do objeto a ser contratado, quando e se for o caso, serão efetuados e calculados de acordo com as disposições específicas vigentes, editadas pelo Governo Federal, com aplicação do IPCA.

3.6. Ocorrendo reajustamento de preços, autorizado pela Administração, os mesmos serão reajustados pela variação do porcentual resultante da diferença do preço fixado para o dia de apresentação da proposta e o dia da entrada em vigor do novo preço, aplicando-se sobre o preço proposto.

3.7. A empresa a ser contratada deverá apresentar documento oficial comprovando o reajuste, acompanhado de requerimento.

3.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
I = (TX) I =
(6 / 100) I = 0,00016438
365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

4. CLÁUSULA QUARTA – DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO

4.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação, no todo ou em parte.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.1. A vigência deste Contrato será de 04 (quatro) meses, a contar do dia 24 de janeiro de 2025, até o dia 24 de abril de 2025, podendo, entretanto, ser prorrogada se presentes os requisitos exigidos pelo art. 111 da Lei 14.133/2021.

6. CLÁUSULA SEXTA – ALOCAÇÃO DE RECURSOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE: 101 - CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEAIS
PROJETO / ATIVIDADES: 2002 - GESTÃO DAS AÇÕES LEGISLATIVAS
ELEMENTO DA DESPESA: 3390.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO

6.2. Na hipótese de necessidade de reforço de empenho para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato, poderá o saldo orçamentário ser reforçado, conforme art. 60, §

2º, da Lei nº. 4.320/64.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1. Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo CONTRATANTE, respeitado o devido processo legal, e sem que assista à contratada direito a qualquer indenização, nas seguintes hipóteses:

a) Inadimplemento pela contratada de quaisquer das cláusulas e condições aqui estabelecidas;

b) Atraso no cumprimento da "ordem de serviço";

c) Alteração social ou modificação da finalidade da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

d) Falência, ou insolvência civil, liquidação judicial ou extrajudicial, requeridas ou decretadas;

e) Cessão total ou parcial deste contrato e dos créditos dele decorrentes, sem prévia e escrita autorização do contratante;

7.2. Rescindido o contrato, por quaisquer destes motivos, a contratada terá direito, apenas, ao pagamento, dos serviços efetivamente executados, considerando os resultados auferidos.

7.3. Ficará o presente contrato rescindido, de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo das sanções cabíveis nos casos enumerados nos arts. 155 e 156 da Lei n.º 14.133/2021.

7.4. Na hipótese de rescisão unilateral pela CONTRATANTE, sem que a CONTRATADA tenha concorrido para este fim, serão devidos os valores ajustados a título de honorários advocatícios pela execução do contrato até a data de extinção, em razão não inferior a 10% (dez inteiros percentuais) daqueles previstos na cláusula quarta.

7.5. A CONTRATADA ainda fará jus a percepção de honorários decorrentes das medidas judiciais patrocinadas pela CONTRATADA que resultarem no recebimento de valores e/ou direitos, sendo fixado seu valor nos percentuais mínimos definidos no art. 85, § 3º, do Código de Processo Civil.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES

8.1. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como qualquer dano causado à CONTRATANTE ou a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.2. A CONTRATADA declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, contribuições fiscais, para-fiscais, emolumentos, encargos sociais e todas as despesas incidentes sobre a compra do material, não cabendo quaisquer reivindicações

154

devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

8.3. A CONTRATADA responderá por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações na execução dos serviços, salvo na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, sem que haja culpa da CONTRATADA, devidamente apurados na forma da legislação vigente, quando comunicados à CONTRATANTE no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas da ocorrência, ou por ordem expressa e escrita da CONTRATANTE.

8.4. Ficando comprovado, depois do negócio realizado e antes da entrega do objeto que a CONTRATADA acresceu indevidamente a seus preços valores correspondentes a quaisquer tributos, encargos, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais não incidentes sobre a compra efetuada, tais valores serão imediatamente excluídos, com o reembolso do valor que porventura tenha sido pago à CONTRATADA.

8.5. A CONTRATANTE colocará à disposição da CONTRATADA, às suas custas, todos os documentos, servidores, equipamentos, programas e material necessário à execução dos serviços.

9. CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. A CONTRATADA sujeitar-se-á, no caso de inadimplemento de suas obrigações, às seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, se for o caso, de acordo com a Lei 14.133/21, em sua atual redação, apurado em processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório constitucional:

a) Advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido.
b) Multas de até:
b1) 0,20% (vinte décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso no prazo contratual, até o trigésimo dia, ou nos prazos parciais das Ordens de Fornecimentos, limitadas a 20% do valor da fatura;
b2) 0,40% (quarenta décimos por cento) do valor deste contrato, por dia de atraso superior a 06 (seis) meses, limitadas a 20% do valor da fatura;
b3) multa de até 30% (trinta por cento) em caso de descumprimento das normas desse contrato.
c) A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% do valor atualizado do contrato, sem prejuízos da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual;
d) Impedimento de licitar e contratar com a Administração do Ente Federativo Contratante, por prazo não superior a 03 (três) anos.
f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos).
g) O valor de cada multa será atualizado monetariamente, caso haja fator de reajustamento de preços vigente no mês em que cessar o motivo que lhe deu origem.
h) As multas previstas na alínea "b" poderão, a critério da Administração, serem aplicadas isoladas ou conjuntamente com outras sanções, a depender do grau da infração cometida

pelo adjudicatário.
i) Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis ou serem deduzidas do valor correspondente ao valor do serviço, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério do Ente Contratante.
j) Os danos e prejuízos serão ressarcidos à contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação administrativa à contratada, sob pena de multa.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO E VINCULAÇÃO

10.1. O contratante providenciará a divulgação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e do seu extrato em sítio eletrônico oficial, certificado digitalmente por autoridade certificadora, no qual o contratante divulga de forma centralizada as informações e os serviços de governo digital dos seus órgãos e entidades, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da assinatura do contrato.

10.1.1. Enquanto não for operacionalizado o uso do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a divulgação dos atos e contratos deverá ocorrer em sítio eletrônico oficial, no Diário Oficial do Ente.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados.

11.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

11.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base na proposta apresentada e termo de referência inserto nos autos.

11.4. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

11.5. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

11.6. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

11.7. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

11.8. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

11.9. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

11.10. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

11.11. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

11.12. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

11.13. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

11.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais.

11.15. Conforme determinação do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, o presente contrato será acompanhado e fiscalizado pelo servidor designado pela Administração, o Sr.(a) Fabiana de Jesus Sales, Decreto nº004/2025, exercente do Fiscal do Contrato, que deverá receber cópia deste contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO

157

OBJETO

12.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

12.2. No prazo de até 05 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

12.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

12.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

12.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações de caráter técnico da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

12.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

12.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

12.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

12.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

12.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

12.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

12.4. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, servidor ou comissão designada pela autoridade competente, deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços em conformidade com as exigências contratuais, obedecendo as seguintes diretrizes:

12.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

12.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

12.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

12.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

12.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

13.1. As prerrogativas do contratante reger-se-ão pela disciplina do CAPÍTULO IV do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO

14.1. A extinção do contrato reger-se-á pela disciplina dos CAPÍTULOS VIII e XII do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

14.2.1. não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

ESTADO DA BAHIA
CAMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
AV DOS TRES PODERES, SN - OURO NEGRO
Candeias - BA
C.N.P.J.: 13.612.254/0001-02

161

Nota de Empenho
JANEIRO/2025

Nota de Empenho 01240002 **Tipo:** Global **Data:** 24/01/2025

FORNECEDOR

Nome: CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 14.374.003/0001-08
Endereço: R DO TRIANGULO, 141 **Compl:** CASA
Bairro: SEDE **Cidade:** Candeias **UF:** BA
E-mail: **Telefone:** ( ) -
PIS/PASEP: **RG:**

DADOS BANCÁRIOS

Banco: **Agência:** **Operação:** **Conta:**
Pix:

CLASSIFICAÇÃO

Unidade Orçamentária:	0101	CÂMARA MUNICIPAL
Função:	01	Legislativa
SubFunção:	031	Ação Legislativa
Programa:	0001	TRANSPARÊNCIA, PARTICIPAÇÃO POPULAR E MODERNIZAÇÃO LEGISLATIVA
Ação:	2002	GESTÃO DAS AÇOES DO PODER LEGISLATIVO
Natureza Despesa:	33903000	Material de Consumo
SubElemento:	33903007	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
Fonte:	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos
Marcador:	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos
Centro Custo:		

Licitação: Nº 001/2025 - Dispensável, Art. 75, Inciso II, Lei 14.133/2021 **Nº Recibo:**

Processo: **Prazo Liquidação:** 0

CONTRATO/ANO	SD/ANO	TIPO	SALDO ANTERIOR	VALOR EMPENHO	SALDO DISPONÍVEL
003 / 2025		Global	810.844,00	61.803,00	749.041,00

HISTÓRICO

Contratação de Empresa para fornecimento de Materiais de Consumo, tipo: (GÊNEROS ALIMENTÍCIOS), de forma parcelada, para atender a necessidades desta Câmara Municipal, VIGÊNCIA: 24/01/2025 a 24/04/2025.: [PA:003/25 - DL:001/25 - TC:003/25].... Valor da dispensa: R$61.803,00

Item	Especificação	Unid	Qtde	Unitário	Total
1	5387 - Materiais de Consumo tipo: GENEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS	UND	1,0000	61.803,0000	61.803,0000

SESSENTA E UM MIL E OITOCENTOS E TRÊS REAIS **61.803,00**

Emitido em 24/01/2025

Autorizo/Ratifico o empenho dessa despesa

ROSANA DE SOUZA SILVA
PRESIDENTE CAMARA Mat.002653

Essa despesa foi empenhada em crédito próprio

JEAN CARLOS SOUZA FERREIRA
Diretor Financeiro Mat.003223

162

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 001/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 003/2025

EXTRATO DO CONTRATO

Processo Administrativo: 003/2025 **Contrato** 003/2025. **Contratante:** Câmara Municipal de Vereadores de Candeias -Bahia **Contratada:** CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (CNPJ N° 14.374.003/0001-08). **Objeto:** Fornecimento de gêneros alimentícios diversos, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Candeias - BA. **Vigência:** 24/01/2025 a 24/04/2025. **Valor:** R$ 61.803,00(sessenta e um mil oitocentos e três reais). **Dotação Orçamentária:**

UNIDADE: 101 - CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEAIS
PROJETO / ATIVIDADES: 2002 - GESTÃO DAS AÇÕES LEGISLATIVAS
ELEMENTO DA DESPESA: 3390.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO;

Fundamentação legal: art. 75, inc. II, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Marcelo Silvestre Rosivaldo Freitas Creonice Santos Silva

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
Publicado
DATA: 24/01/25
Servidor

Everaldo Silva Aragão Filho
Diretor Administrativo
Decreto nº 007/2025
Câmara Municipal de Candeias

Diário Oficial 163

CÂMARA MUNICIPAL | CANDEIAS – BAHIA

Ano 20 • Número 1426 • sexta-feira • 24 de janeiro de 2025

SUMÁRIO

• DISPENSA Nº001/2025 - ATO DE AUTORIZAÇÃO 2
• DISPENSA Nº001/2025 EXTRATO DO CONTRATO 4

CERTIFICAÇÃO: A3F91BD1-1FD0-4E1D-995C-60FE67E6C0DC

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA
.....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº003/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº001/2025

À vista dos elementos contidos no presente Processo, devidamente justificado, CONSIDERANDO a manifestação do Comissão de Contratação, que prevê a indicação de DISPENSA DE LICITAÇÃO em conformidade ao disposto no art. 72 e art.75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, CONSIDERANDO que o PARECER JURIDICO atesta que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII, da Lei nº 14.133/2021, **AUTORIZO A DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2025**.

Autorizo, em consequência, a proceder-se à contratação nos termos do parecer exarado pelo Comissão de Contratação, conforme abaixo descrito:

Objeto a ser contratado:	Fornecimento de gêneros alimentícios diversos, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Candeias - BA.
Contratada:	CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA CNPJ nº 14.374.003/0001-08
Prazo de Vigência:	04 (quatro) meses
Valor Total:	R$ 61.803,00 (sessenta e um mil oitocentos e três reais)
Fundamento Legal:	Art. 75, inc. II, da Lei 14.133/2021.

Justificativa colacionada aos autos do processo de Dispensa de Licitação nº 001/2025.

Determino, ainda, que se leve a efeito, em no máximo 10 (dez) dias, a publicidade encarecida pelas normas de regência, em especial atenção, inclusive, à dicção do parágrafo único do

CERTIFICAÇÃO: A3F91BD1-1FD0-4E1D-995C-60FE67E6C0DC

artigo 72, da Lei Federal nº 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial e no PNCP.

Candeias - BA, 24 de janeiro de 2025.

Rosana de Souza Silva
Presidente da Câmara Municipal de Candeias

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA .....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 001/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 003/2025

EXTRATO DO CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 003/2025 **CONTRATO** 003/2025. **CONTRATANTE:** CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CANDEIAS -BAHIA **CONTRATADA:** CASA SANTANA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (CNPJ N° 14.374.003/0001-08). **OBJETO:** FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS - BA. **VIGÊNCIA:** 24/01/2025 A 24/04/2025. **VALOR:** R$ 61.803,00(SESSENTA E UM MIL, OITOCENTOS E TRÊS REAIS).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

UNIDADE: 101 - CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEAIS
PROJETO / ATIVIDADES: 2002 - GESTÃO DAS AÇÕES LEGISLATIVAS
ELEMENTO DA DESPESA: 3390.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO;

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 75, INC. II, DA LEI FEDERAL N° 14.133/2021.

MARCELO SILVESTRE ROSIVALDO FREITAS CREONICE SANTOS SILVA

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO